

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**  
**INICIADA NO DIA 16 DE JUNHO E CONTINUADA NOS DIAS 23 E 30 DE**  
**JUNHO DE 2009.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E DOIS** -----

----- No dia 30 de Junho de 2009, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Manuel Rosa do Egípto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Lúdia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo

Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Maria João Bernardino Correia, Luís Manuel Inês Cavaco, Rui Manuel Santos Matos Alves, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Pedro Gonçalves Pereira, João Vitorino Silva, Jorge Manuel Nascimento Fernandes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Miguel Martins Ferreira, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Luís Filipe da Silva Monteiro, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo, António da Conceição Tavares. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Jorge Penedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Ana Lamy Barreiros (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Odete Farrajota, Manuel Poças, Manuela Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins e Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins, Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (30 de Junho de 2009).-----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- José Guilherme Gusmão (BE), de 30 de Junho a 13 de Julho, sendo substituído pelo Deputado Municipal Jorge Nascimento Fernandes. -----

----- Rui Roque (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Carlos Barroso (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Carlos Andrade e Nuno Van Uden, Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, pediram a suspensão do mandato por um dia (30 de Junho de 2009). -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Jorge Teixeira dos Santos (PSD), relativamente à reunião realizada no passado dia 23 de Junho. -----

----- Marta Rebelo (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 28 de Abril, 19 de Maio e 16 e 30 de Junho. -----

----- Luís Filipe Monteiro (PS) relativamente à presente reunião. -----

----- Lurdes Pinheiro (PCP) relativamente à reunião realizada no passado dia 23 de Junho. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, terceira da Sessão Ordinária iniciada no dia 16 de Junho, informando que na última reunião tinham ficado no ponto 5 da Ordem de Trabalhos, pelo que a reunião seria retomada nesse ponto, depois teriam os pontos 6, 7, 11, 13 e 14, seguindo-se as propostas 312/2009 e 312-A/2009, e depois a proposta 501/2009. -----

----- Quanto às propostas 460/2009, 503/2009, 505/2009 e 506/2009, disse que dado que o Sr. Vereador prestara esclarecimentos suplementares, a Sra. Deputada Municipal Maria de Belém, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, transmitira-lhe a vontade de voltar a reunir a Comissão, pelo que na reunião de continuação discutiriam esses pontos. -----

----- Apelou a que houvesse contenção nas intervenções, por forma a que, até ao final do mandato, pudessem não ter um único papel pendente na Assembleia. -----

----- Disse, ainda, que o PSD, provavelmente, apresentaria, ao abrigo do artigo 40º do Regimento, duas recomendações. -----

----- Seguidamente, pediu que esperassem um pouco porque, conforme anunciado, iriam receber a Senhora Prefeita da Cidade do Natal, Brasil, que entretanto ainda não havia chegado. -----

----- No entanto, decorrido algum tempo de espera, disse que ia dar início à continuação da Ordem do Dia, e quando a Sra. Prefeita chegasse interromperiam os trabalhos para fazerem a Sessão de Boas-Vindas, retomando-os depois. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** disse que, conforme acomodado em Conferência de Representantes, ia pôr em discussão conjunta os pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, propostas 151/2009 e 152/2009, respectivamente. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 151/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO EDIFÍCIO MUNICIPAL, EDIFÍCIO DA RUA DA ATALAIA Nº 138-144, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO USO DE UNIDADE HOTELEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 151/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- “Considerando que: -----

----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----

----- A alienação dos activos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização sócio-económica das áreas onde se integram. -----

----- Existem vários imóveis municipais, edifícios notáveis, de valor arquitectónico acrescido, que se encontram em fase de evidente degradação física, actualmente sem ocupação, ou com ocupações parciais e desadequadas, os quais, dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

----- A utilização destes imóveis como unidades hoteleiras, é potenciadora do seu valor patrimonial, permitindo através do investimento privado, a sua recuperação e valorização, bem como a fruição pública destes espaços. -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do seguinte edifício municipal destinado, exclusivamente, ao uso de unidade hoteleira: -----

----- - Edifício da Rua da Atalaia nº 138 – 144, trata-se de um prédio urbano sito na Travessa da Água de Flor nº 31 a 35 e Rua da Atalaia nº 138 a 144, com a área total de 356,25 m2, sendo a área coberta de 319,20 m2 e a área descoberta de 37,05 m2 demarcado à cor verde na cópia da Planta n.º 08/070/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 4ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 5 da freguesia da Encarnação e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo 401º -----

----- A determinação, como preço base de licitação, o seguinte valor: -----  
 ----- - Edifício sito na Rua da Atalaia nº 138 a 144 - €424.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil euros) -----  
 Devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----  
 ----- 1. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35º, 37º e 113º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4º a 7º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----  
 ----- 2. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m2 nesta praticado, actualizado de acordo com o coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----  
 ----- Processo Privativo: - Edifício da Rua da Atalaia – n.º 28/DPI/08” -----  
 ----- (A justificação do valor de licitação e as condições gerais da hasta pública, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivadas, em anexo à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----  
 ----- **PONTO 6 – PROPOSTA 152/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB A FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO EDIFÍCIO MUNICIPAL, PALÁCIO BENAGAZIL, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO USO DE UNIDADE HOTELEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----  
 ----- PROPOSTA 152/2009 -----  
 ----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----  
 ----- Serviços: DPI -----  
 ----- Considerando que: -----  
 ----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----  
 ----- A alienação dos activos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização sócio-económica das áreas onde se integram. -----  
 ----- Existem vários imóveis municipais, edifícios notáveis, de valor arquitectónico acrescido, que se encontram em fase de evidente degradação física, actualmente sem ocupação, ou com ocupações parciais e desadequadas, os quais, dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

----- A utilização destes imóveis como unidades hoteleiras, é potenciadora do seu valor patrimonial, permitindo através do investimento privado, a sua recuperação e valorização, bem como a fruição pública destes espaços. -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do seguinte edifício municipal destinado, exclusivamente, ao uso de unidade hoteleira:

----- - Palácio do Benagazil - trata-se de um imóvel devidamente murado com uma área total coberta e descoberta de 5.465,30 m2 integrado na Quinta do Policarpo (junto ao Aeroporto), demarcado à cor verde na cópia da Planta n.º 08/073/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 59 da freguesia da Charneca sob o artigo 120 e omissa a restante parte. -----

----- A determinação, como preço base de licitação, o seguinte valor: -----

----- - Palácio Benagazil sito na Quinta do Policarpo (junto ao Aeroporto) - €1.405.000,00 (um milhão quatrocentos e cinco mil euros) -----

----- Devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----

----- 1. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35º, 37º e 113º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4º a 7º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----

----- 2. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m2 nesta praticado, actualizado de acordo com o coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----

----- Processo Privativo: - Palacio Benagazil – nº 27/DPI/08.” -----

----- (A justificação do valor de licitação e as condições gerais da hasta pública, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivadas, em anexo à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação das propostas, disse que no Orçamento de 2009 havia uma parte chamada “receitas correntes” e outra “receitas extraordinárias”, e nestas haveria cerca de 12 milhões de

euros que pensavam poder resultar da venda de património que foi considerado num programa de hotéis de charme. -----

----- Referiu que já nas Comissões o interrogaram sobre o que eram hotéis de charme, e ele, que como sabiam não era dotado para letras, não saberia explicar, mas isso era um nicho de mercado que, dentro dos hotéis, tinha procura em Lisboa. -----

----- Falara nas Comissões de Finanças, de Urbanismo e de Habitação e ouvira vários comentários. Por exemplo, por que era que estes palacetes não podiam ser entregues a entidades culturais? Pessoalmente considerava que a Câmara Municipal de Lisboa já tinha equipamentos culturais que chegavam e sobravam, e não tinha rendimentos para providenciar a sua utilização em termos adequados. -----

----- Questionaram também por que não era para sede de instituições, e quanto a isso dizia que a experiência que tinha era que as instituições queriam que a Câmara lhes cedesse as instalações, fizesse as obras e depois tivesse as despesas de funcionamento. E a Câmara, como já várias vezes tem dito, tinha despesas de funcionamento a mais, tinha que redefinir a sua missão e deixar de atender a certo tipo de coisas que, mesmo sendo correctas e razoáveis, não podiam ser atendidas. -----

----- No caso concreto das propostas em apreciação, disse que estavam perante dois edifícios que a Câmara em determinado momento adquirira, mas se lhe perguntassem para quê não sabia, porque até ao momento serviram para muito pouco. Num caso tratava-se era arquivo/armazém de obras de arte de arqueologia, enquanto que o outro estava a degradar-se. Provavelmente quem os adquirira tivera muito boas intenções, um foi em 1942, não sabia se o Eng.º Duarte Pacheco ainda era Presidente da Câmara, provavelmente tinha muitas ideias, mas como sabiam morrera novo. -----

----- Portanto, a Câmara tinha um problema sério com a preservação e conservação do seu património, e nos próximos anos iria ter muitas dificuldades em conservá-lo. Poderiam dizer que era só um milhão de euros num caso e mais 800 mil euros noutro, mas, como sabiam, o Orçamento da Câmara andava na ordem dos 500 a 600 milhões de euros, era só 500 vezes um milhão, mas se fossem somando às tantas não teriam capacidade de resolver o problema. -----

----- Disse que um dos edifícios se situava na Rua da Atalaia, no Bairro Alto, e se lhe perguntassem se poderia ter outros usos, responderiam que era óbvio que sim. Não dizia que não pudesse ser uma residência para universitários ou até para habitação, estava à vontade para dizer isso. O outro, o Palácio Benagazil, situa-se junto ao aeroporto, e em relação a ele havia um problema com o Clube TAP que estava a ser resolvido. -----

----- Referiu que, quanto a si, os valores pelos quais estavam a ser vendidos eram razoáveis. Havia críticas, nomeadamente da Comissão Permanente de Habitação, que questionava a razão porque tendo em atenção o resultado da venda do Palácio Braamcamp estes não aumentavam 30%. Cada local tinha a sua especificidade, e não podia estar permanentemente a aumentar os valores de avaliação, aliás estes eram os valores que foram aprovados na Câmara. -----

----- Terminada a intervenção do Sr. Vereador, foram suspensos os trabalhos do Plenário para a realização da Sessão de Boas-Vindas à Senhora Prefeita da Cidade do Natal, Brasil. -----

----- **SESSÃO DE BOAS-VINDAS À SENHORA PREFEITA** -----

----- **DA CIDADE DO NATAL, BRASIL** -----

----- **A Senhora Presidente**, na abertura da Sessão, fez a seguinte intervenção: -----

----- Em nome da Assembleia Municipal permito-me dar as boas-vindas à Senhora Prefeita do Natal, e de a cumprimentar pela excelente iniciativa de “Uma Semana do Natal em Lisboa”, a que se seguirá “Uma Semana de Lisboa no Natal”. -----

----- Estamos a poucas horas do Natal, o Natal é um destino turístico e económico de muitos de nós, está numa fase de grande, grande desenvolvimento, a Senhora Prefeita é alguém muito determinado e com ideias muito claras do projecto que quer para a sua Prefeitura, e nós estamos aqui num gesto que se é simbólico é também um gesto, creia, de grande amizade, de grande consistência. -----

----- Queremos só dar-lhe as boas-vindas e dizer-lhe que o Parlamento da Cidade está também consigo, que agradece a iniciativa que se seguirá a esta “Semana”, e que não precisamos de dizer muito. Falamos a mesma língua, temos uma mesma mundividência, que se se espera que se aprofunde numa perspectiva económica, espera-se mais ainda que se aprofunde numa perspectiva cultural e social. -----

----- Senhora Prefeita, seja muito bem-vinda à Assembleia Municipal de Lisboa, que tem muito gosto em a ter consigo aqui neste momento. -----

----- É uma honra para nós, muito obrigada. -----

----- **A Senhora Prefeita da Cidade do Natal**, na sua intervenção, disse: -----

----- Muito boa tarde a todas as Deputadas aqui presentes, Vereadoras, aos Deputados aqui presentes, Vereadores, o meu boa tarde à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Paula Teixeira, também ao Vice-Presidente. -----

----- Gostaria imensamente de agradecer, agradecer por este momento para a nossa Cidade, agradecer a receptividade que toda a nossa Delegação e a nossa Cidade tiveram nesta “Semana do Natal em Lisboa”. -----

----- Uma “Semana” audaciosa, eu diria, num momento de crise pela qual passa todo o planeta Terra, todos os países, cidades e governos, foi algo no mínimo arrojado termos vindo até aqui a Lisboa. -----

----- Mas como diria meu velho e saudoso pai, em épocas de crise assim como em épocas de guerra, há alguns que choram enquanto outros estão muito ocupados vendendo lenços. Então a nossa expectativa é exactamente podermos fazer com que o Natal possa, sim, continuar sendo o destino preferido dos portugueses e também o destino preferido dos recursos portugueses privados que hoje são colocados na nossa Cidade. -----

----- Tanto na questão do turismo, como na questão do investimento, Natal é hoje a Cidade preferida pelos portugueses, em termos de viagens e também em termos mais consistentes, em termos económicos. -----

----- Gostaria de agradecer a todos, dizer da minha alegria de estar aqui ao lado dessa grande mulher, Paula Teixeira, mulher que eu aprendia a admirar, respeitar, e tem ao



mesmo tempo uma doçura e uma firmeza que realmente nos encantaram desde o primeiro momento. -----

----- Vocês bem sabem, eu tenho laços até com esta Assembleia por conta do nosso querido Carlos Marques, que é meu padasto, e até brincado, um destes dias, disse que eu só tenho algo a reclamar aqui dos portugueses de Lisboa: é que me roubaram minha mãe que agora está morando mais tempo aqui em Lisboa do que propriamente na nossa Cidade do Natal. -----

----- Mas convido a todos para que, em período de férias ou mesmo agora na “Semana de Lisboa em Natal”, possam estar connosco desfrutando um pouco mais das belezas da Cidade, da “Noiva do Sol do Brasil”. -----

----- Muito obrigada a todas e a todos. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, por me dar a oportunidade para, mais uma vez, manifestar a nossa grande alegria e grande honra de ter recebido, em Lisboa, a Senhora Prefeita da Cidade do Natal, e dizer-lhe que, para Lisboa, a abertura ao mundo é absolutamente essencial, a abertura ao Brasil muito mais ainda, e que, de facto, os nossos dois países e as nossas duas cidades têm um futuro. -----

----- A vossa participação na UCCLA é particularmente importante, e, portanto, desejar-lhe as maiores felicidades, e as maiores felicidades para esta nossa colaboração. -----

----- Muito obrigado pela sua visita, e até Natal. -----

----- **A Senhora Presidente**, disse, ainda: -----

----- Nós gostaríamos todos de reter a Senhora Prefeita connosco, mas a Senhora Prefeita tem uma agenda carregada e, portanto, nós prosseguiremos os nossos trabalhos lamentando não a poder ter mais tempo entre nós, mas fica este registo que, penso, é a primeira vez que sucede, e é bom que tenha sucedido com uma Cidade daquilo que é a comunidade lusófona, daquilo que é a nossa comunidade cultural. -----

----- Agradeço, uma vez mais, a sua presença, honra-nos muito. -----

----- Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente, pelas suas palavras. Eu acompanharei a Senhora Prefeita e continuaremos os nossos trabalhos. -----

----- **A Senhora Prefeita da Cidade do Natal**, acrescentou, ainda: -----

----- Se me permite, eu gostaria apenas de fazer um agradecimento que eu não posso de forma alguma esquecer. -----

----- Gostaria de agradecer ao Miguel Anacoreta, à UCCLA, por nos ter feito, em primeiro lugar, o convite para que nós nos pudéssemos filiar nessa entidade, que hoje nos ajuda a que nós pudéssemos vir e estarmos aqui. -----

----- Gostaria também de agradecer à Câmara Municipal de Lisboa, na figura do Presidente António Costa, que também foi extremamente importante para este nosso momento. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Finda a Sessão de Boas-Vindas, a Assembleia deu continuidade à discussão das **propostas 151/2009 e 152/2009**, pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, respectivamente. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- Hotéis de Chame “Edifício da Rua da Atalaia e Palácio Benagazil” -----

----- “No âmbito das suas competências reuniu dia 24 de Junho de 2009 a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade para análise e emissão de Parecer sobre as propostas em epígrafe. -----

----- Na impossibilidade da presença do Sr. Vice-Presidente, arquitecto Manuel Salgado, pelo facto de simultaneamente estar a decorrer uma reunião de Câmara, fez-se o mesmo representar pelo Sr. arquitecto Eduardo Campelo que prestou todos os esclarecimentos sobre as propostas em análise, a quem a CPUM agradece a disponibilidade. -----

----- 1 - O edifício da rua da Atalaia n.º 138-144, a que se refere a proposta n.º 151/2009 tem uma área total de 356,25 m2, sendo 319,20 m2 de área coberta e 37,05 m2 de área descoberta, sendo a base de licitação para a hasta pública de € 424.000,00. -----

----- Foram produzidas algumas dúvidas quanto ao valor da base de licitação da hasta pública quanto à adaptabilidade para hotel de charme atendendo ao reduzido número de quartos e de áreas sociais possíveis de instalar, tendo sido respondido que este tipo de hotéis tem características diferentes da hotelaria tradicional, sendo normalmente hotéis apenas residenciais, bem como ficou esclarecido que qualquer aumento de edificabilidade será paga ao valor de m2 de construção resultante da hasta pública. ---

----- Em face dos esclarecimentos considerou a CPUM estar a proposta n.º 151/2009, em condições de ser discutida e votada em Plenário de Assembleia Municipal, não emitindo esta Comissão Parecer quanto à orientação de voto. -----

----- 2 - Relativamente ao Palácio Benagazil a que se refere a proposta n.º 152/2009, trata-se de uma propriedade murada com uma área descoberta total de 5.465,30 m2 integrada na Quinta do Policarpo junto ao Aeroporto de Lisboa, a base de licitação para esta hasta pública é €1.405.000,00. -----

----- Além das questões referidas relativamente ao edifício da rua da Atalaia, proposta n.º 151/2009, foram levantados outros problemas tais como a excessiva proximidade do Aeroporto de Lisboa e o contencioso com o Clube TAP relativamente à ocupação da piscina, referindo-se ainda que o palácio estaria mais indicado para sede de uma empresa. -----

----- Igualmente a CPUM considera que a proposta n.º 152/2009 está em condições de ser discutida e votada em Plenário da Assembleia Municipal não sendo à semelhança da anterior emitido qualquer Parecer quanto à orientação de voto.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “Reunida a 2009.06.19, para análise das propostas 151/2009 e 152/2009, e após reunião com o Sr. Vereador Cardoso da Silva, a Comissão decidiu emitir o seguinte relatório: -----

----- 1º - As propostas encontram-se em condições de ser discutidas e votadas em sede plenária. -----

----- 2º - A presença do Sr. Vereador, que a Comissão agradece, permitiu esclarecer alguns pontos, designadamente o facto destas vendas terem um sentido de diminuição de despesas e não tanto para a obtenção de receitas, vindo-se a alcançar estas por via indirecta, mas a perspectiva central é o facto do Executivo não ter disponibilidade para a reabilitação em causa. -----

----- 3º - A Comissão pronunciara-se anteriormente (2009-01-23), relativamente à proposta nº 1266/2008, considerando na altura que não se deveria proceder à respectiva alienação, pois não se entendia determinadas aquisições recentes, para posterior alienação, desconhecendo-se a lógica subjacente ao Projecto “Lisboa Capital do Charme”. -----

----- 4º - Verificou-se que a hasta pública de alienação do Palácio Braamcamp permitiu uma valorização de cerca de 30% do valor de licitação, sendo previsível algo semelhante para estes dois imóveis agora a alienar. -----

----- 5º – Mantêm-se no entender maioritário da Comissão (PSD, PCP, BE e PEV), com ausência do CDS e oposição do PS, as dúvidas globais suscitadas no nosso relatório de Janeiro, designadamente o desconhecimento do projecto global da Hotelaria de Charme, bem como quais os traços fundamentais da política de reabilitação de imóveis classificados, em especial a alienação da propriedade dos mesmos. -----

----- 6º - Relativamente a estes dois imóveis em particular a Comissão sugere soluções alternativas, como a de Residência Universitária para o Bairro Alto, e o arrendamento do Benagazil para sede de determinada instituição, pública ou não, precisamente num momento em que existe uma conjuntura de debate favorável à reabilitação, pelo que a alienação não é a única via para a salvaguarda deste património.” -----

----- Finda a leitura do Parecer, o Deputado Municipal Pedro Portugal continuando no uso da palavra, agora enquanto Deputado Municipal do PSD, disse que, como se viu pela intervenção do Sr. Vereador, a questão tivera sempre o enfoque financeiro, como aliás se percebera na reunião da Comissão, relatado no ponto 2 do Parecer, e não ficaram nunca convencidos e municiados relativamente à intervenção de fundo sobre o projecto da hotelaria de charme. -----

----- De resto, foi no decorrer desse debate que se verificara que a ideia do projecto da hotelaria de charme viria até com algumas sugestões do Ministério da Economia, mas numa lógica de arrendamento ou de concessão dos respectivos imóveis. -----

----- Portanto, a questão colocava-se sempre no ponto central, que era saber o porquê da alienação destes imóveis e a não utilização para outros usos alternativos. Aliás, como o Sr. Vereador ali colocara, esses imóveis à partida poderiam ter outro destino. -

----- Por isso, a questão que estava em cima da mesa era saber se de facto se pretendia a alienação desses imóveis na expectativa de uma realização financeira, mais para poupar do que para obter receita – como ali foi referido pelo Sr. Vereador – quando agora havia um conjunto de instrumentos, nomeadamente o empréstimo para a reabilitação urbana ou outros meios financeiros, que poderiam levar a reequacionar a temática em questão. -----

----- Disse que ouviram, aquando da apreciação da informação escrita na reunião anterior, o Sr. Presidente da Câmara congratular-se porque a venda do Palácio Braamcamp tinha sido muito participada. Participada! Enfim em termos de participação estiveram três agentes económicos e houve oito lances, portanto nem sequer tiveram uma distribuição de três lances *percapita*. Aliás, tudo dependia do valor de base que era colocado para saber se ia ser mais ou menos participada, pelo que não era uma proeza por aí além relativamente aos valores que estavam em causa e face à expectativa dos imóveis em questão. -----

----- Havia, de facto, um conjunto alternativo de usos que poderiam ser dados a esses imóveis. Por algum facto eles foram adquiridos pelo Município num passado relativamente recente, como foi o da Rua da Atalaia que tinha dez anos na posse do Município. Percebera-se que era uma política da então coligação de esquerda no sentido de usar o direito de preferência sobre alguns imóveis classificados, e consequentemente a possibilidade, como sugeriram, de residência universitária ou de sede de instituições no caso do Palácio Benagazil, pelos vistos também comungada pela Comissão de Urbanismo, portanto uma alternativa de utilização desses imóveis que não passasse necessariamente e como única via pela alienação. -----

----- E colocava também a dúvida, que sempre tivera porque nunca percebera em que se consubstanciava o projecto de hotelaria de charme, qual o número de camas, etc. É que se falava que o mercado era possível, mas em concreto, ou seja em que se consubstanciava essa oferta, versus a respectiva procura em termos de hotelaria de projecto de fundo, nunca vislumbraram, ficaram apenas com aquela noção de que o Ministério da Economia teria sugerido, e a Câmara Municipal de Lisboa teria ido atrás dessa sugestão, ainda por cima não seguindo a sugestão da concessão dos imóveis mas optando pela alienação dos mesmos. -----

----- Reiterou que a alienação não era a única via até para a hotelaria de charme, para além de que havia a possibilidade de usos alternativos, e este era o ponto em que o PSD vinha insistindo, em particular na Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que analisaram com toda a atenção as propostas que sucessivamente a Câmara lhes foi mandando para a alienação de edifícios municipais, e desde o início os preocupara que a Câmara alienasse património considerado por ela própria como edifícios notáveis de valor arquitectónico acrescido. -----

----- E chegaram até a propor, aquando da apreciação da primeira proposta que continha um pacote de quatro edifícios, que caso se chegasse à conclusão que a construção de hotéis de charme seria adequado e viável, não se alienasse o património mas sim que ele fosse concessionado, à semelhança, aliás, do que o Estado fizera com as Pousadas de Portugal. -----

----- Essa tal primeira proposta foi depois segmentada em três propostas, uma que já foi aprovada e estas duas que agora estavam em discussão, que lhes levantavam algumas dúvidas que gostariam que fossem esclarecidas. -----

----- Desde logo gostariam de saber qual era a garantia que os edifícios, depois de adquiridos, viessem a ser reabilitados. Por exemplo, no caso do edifício adquirido perto do aeroporto, face à futura utilização do aeroporto para outras finalidades com a construção do novo aeroporto na margem sul, restava saber se a compra desse edifício não seria um bom investimento para depois ele vir a ser rentabilizados para outras utilizações. -----

----- Portanto, a venda dos edifícios, tal como estava proposta, no entender do BE não garantia a sua reabilitação e posterior utilização como hotéis. -----

----- Por outro lado, tinham também dúvidas sobre a viabilidade da construção de mais hotéis, fossem de charme ou não, porque as notícias que tinham era que havia hotéis em dificuldade em Lisboa, que havia hotéis até à beira da falência, e ainda que havia hotéis cuja taxa de ocupação era extremamente baixa. Por isso, não lhes parecia que fosse uma política acertada e adequada multiplicar a construção de hotéis em Lisboa. -----

----- Para além disso, também tinham a ideia que estes edifícios poderiam ser porventura melhor utilizados em projectos não especulativos de interesse para a cidade. Já ali apontaram que, por exemplo, para o edifício da Rua da Atalaia uma utilização possível poderia ser a construção de uma residência universitária, mas também, acrescentava o BE, a construção de uma casa/abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. Aliás, a Assembleia Municipal já aprovara uma recomendação à Câmara no sentido de encarar essa construção. -----

----- E relativamente ao Palácio Benagazil também tinham dúvidas se outras utilizações não seriam possíveis, mais adequadas e mais interessantes, pelo que deixavam ali, apenas como mera reflexão, se não seria, por exemplo, um bom edifício para a sede da EPUL, deixando a empresa os andares alugados que nesta altura ocupava, a preços altíssimos, para viabilizar a construção de um estádio desportivo. ---

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Câmara reestruturara recentemente a proposta n.º 1266/2008, na qual tencionava alienar meia dúzia de edifícios públicos, alguns de notável valor arquitectónico, a maior parte deles palácios. -----

----- Essa alienação tinha por objectivo a realização de activos financeiros à custa de património municipal. Partindo de uma base de licitação, a venda destinava-se a permitir a criação de hotéis ditos de charme, mas sem a Câmara definir os critérios do que entendia por hotel de charme, ou mesmo como iria garantir a sua integridade após a respectiva alienação. -----

----- Afirmava-se também que, através do investimento privado, ficaria garantida a fruição pública dos referidos palácios, mas como era que tal usufruto continuaria público é que não o sabiam. De facto, a Câmara corria o risco de perder para sempre um importante conjunto patrimonial para a especulação imobiliária, seguida, mais cedo ou mais tarde, de eventual adulteração dos seus traços arquitectónicos, mesmo que sobre essas alterações a Câmara pudesse vir a receber compensações dos promotores, como, aliás, a própria proposta já antevia. -----

----- Referiu que quando a proposta inicial foi à Comissão da especialidade da Assembleia Municipal, lá se alertara para todos estes factos, tendo sido unânime a posição de que a Autarquia deveria rever o projecto, reformulando-o com recurso a outras alternativas de cedência. -----

----- Voltando aos casos concretos das propostas 151/2009 e 152/2009, em discussão, cujas intenções de alienação em hasta pública recaiam, respectivamente, sobre o Palácio Visconde de Rio Seco, na rua da Atalaia, Freguesia da Encarnação, e o Palácio Benagazil, sito na Quinta do Policarpo, mesmo ao lado do aeroporto, disse que, estranhamente, ambos continuavam, há cerca de um ano, a aguardar a verificação da autorização de procedimento por parte do IGESPAR, encontrando-se, assim, a eficácia destas propostas condicionada por parecer prévio. -----

----- Neste contexto, questionavam se não seriam preferíveis soluções alternativas à irreversível alienação deste ou qualquer outro património, tais como o arrendamento deste e dos restantes palácios ou a sua cedência a instituições, mas mantendo a Câmara a sua propriedade efectiva, ou até dar-lhes outro uso mais funcional para o próprio Município. Por que não cedê-los a colectividades ou instituições, para aí serem instaladas as suas sedes ou, quiçá, criados novos pólos culturais? -----

----- Disse que o Palácio Benagazil possuía uma localização insólita, nos acessos ao Aeroporto de Lisboa, entre as Freguesias de Santa Maria dos Olivais e da Charneca, construído no século XIX, com 2 pisos e uma área de mais de 5.465 m2. Isolado e enquadrado por dois alinhamentos de palmeiras, o edifício possuía características arquitectónicas e atributos interessantes. Articulava-se com um pátio de entrada, de carácter cenográfico, ao qual se acedia por um portão. Para além de uma pequena casa do guarda, existia nas traseiras um amplo logradouro, antigo jardim. O imóvel classificava-se como um exemplar de arquitectura civil residencial. A planta articulava dois edifícios: o principal com dois pisos, ladeado por dois outros volumes, sendo um deles, a nascente, uma capela. -----

----- Ainda segundo a Câmara, a construção encontrava-se num estado de conservação aparentemente razoável, pese embora a notória falta de obras de beneficiação. Detectavam-se, contudo, alguns sinais de cedência em tectos e pavimentos pelo que era possível que estruturalmente o edifício se encontrasse debilitado e que a intervenção a realizar, no sentido de serem cumpridas as normas em vigor, necessitasse de ser profunda. Ao nível dos elementos decorativos, destacavam-se os azulejos e cantarias, na cozinha, núcleo de acessos, pinturas na caixa de escadas e todo o imponente recheio da capela. -----

----- Disse que o Palácio Benagazil foi usado pela TAP, com a sua creche e o próprio Clube TAP, mas, após a saída da transportadora, foi ocupado pela Divisão de Museus e Palácios da Câmara, que o usava como depósito. Para além de algumas obras menores de adaptação à creche, o palácio nunca teria sido objecto de intervenções de vulto. -----

----- Ora, se havia até quem andasse à procura de casa para sua nova sede, como era o caso da Associação de Pilotos de Aeronáutica, que já demonstrara o seu interesse pelo arrendamento, e era também o caso da EPUL que se queixava de estar a pagar na sede do Sporting, no edifício Visconde de Alvalade, uma pequena fortuna. Só o aluguer diário do espaço ficava à EPUL nuns módicos 2.200 euros, ou seja, em mais de oito milhões anuais de renda. Então, seria que a Câmara não tinha por aí um qualquer destes palacinhos para arrendar à EPUL e ela reabilitar de seguida, como previam os seus futuros estatutos? -----

----- Referiu que o que “Os Verdes” pretendiam demonstrar era que outras soluções eram claramente viáveis. Mas aí a Câmara preferia, ou deixar degradar, ou alienar em hasta pública a privados. Como já ali disseram antes, tratava-se da velha “estória” patrimonial do “vão-se os anéis e os dedos juntamente com eles”. -----

----- Seguidamente, disse que das recomendações sugeridas pelas Comissões da Assembleia sobre estas alienações, apenas teria sido considerada na Cláusula 7ª a salvaguarda, meramente preferencial, de que os palácios em causa seriam direccionados para o ramo de hotelaria. Mas como não foram previstas outras medidas de salvaguarda, não era líquido que, cedo ou bastante mais tarde, o Município não viesse ali a autorizar que nascesse um novo condomínio. Recordava, só a título de exemplo, que, em 2005, a Câmara vendera o Palácio da Rosa por um preço irrisório, sem que ali tivesse chegado a ser instalado qualquer “charmoso” hotel. -----

----- De seguida formulou as seguintes perguntas: -----

----- Qual a definição e tipologia de um hotel dito de charme? Quais os seus componentes característicos? Mesmo salvaguardando o eventual aumento de edificabilidade, poderiam os promotores adulterar ou destruir parte do edificado, mesmo pagando contrapartidas como a proposta agora permitia? Estavam previstas medidas de preservação histórica e cultural desses locais? Fora feito algum inventário do recheio, nos casos em que ele existia, ou descrição das características arquitectónicas do interior dos imóveis? Integravam ou não a carta de património municipal do PDM? -----

----- Acrescentou que, enquadradas na actual conjuntura, as receitas de hotelaria em Portugal caíram 14% de Janeiro a Abril face ao mesmo período de 2008, enquanto o número de dormidas descera para 10,8%. Aliás, em termos de receita da hotelaria, Lisboa, com uma quebra de 18%, foi a região mais afectada nos primeiros meses de 2009. Mas, apesar destes números, segundo o Instituto Nacional de Estatística só no mês de Abril os estabelecimentos hoteleiros obtiveram proveitos na ordem de 145 milhões de euros. -----

----- E a Câmara também nem sequer indicava qual o destino que ia dar ao dinheiro da venda deste património. Seria utilizado em reabilitação urbana ou em mais

publicidade enganosa a dizer mal das deliberações da Assembleia? Sobre tudo isso nada sabiam, porque estas propostas nada previam e a Câmara pouco mais lhes dizia. -

----- Disse, ainda, que no meio desse panorama, o alarmante era a Câmara apenas visionar a venda dos seus haveres histórico-culturais com o objectivo imediatista de equilibrar as suas finanças. Então, por que não alienar também, um dia destes, em hasta pública, a própria sede do Município? -----

----- Terminou dizendo que, por estes motivos, o Grupo Municipal de “Os Verdes” não hesitava, nem arriscava, qualquer votação de sentido favorável. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que já muito foi dito sobre esta alienação de património relativamente ao edifício da Rua da Atalaia e ao Palácio Benagazil. -----

----- Em primeiro lugar, era preciso considerar que o turismo em Portugal era de facto uma actividade importantíssima para o equilíbrio da balança com o exterior, e o turismo em Lisboa, nos últimos anos, representara um acréscimo exponencial, aumentando talvez mais de dez vezes nos últimos dez/doze anos. Portanto, representava um património e uma capacidade de recepção de hóspedes bastante grande, mas que agora se estava a confrontar com um período de grave recessão, o qual tem afectado não só as explorações enquanto unidades comerciais, mas também tinha diminuído francamente os custos e muitos hotéis de três, quatro e cinco estrelas estavam quase a ser vendidos a preços de saldo. -----

----- Isso, só por si, não recomendaria que nesta altura se viesse a proceder à venda, em hasta pública, de qualquer unidade que fosse acrescentar a essa oferta ainda mais oferta. Tanto mais que, ultimamente, tem havido uma proliferação bastante grande de hotéis ditos de charme. Mas para isso de hotéis de charme não havia uma definição objectiva: uns diziam que era um hotel de grande categoria, de cinco, seis ou sete estrelas; outros diziam que era um hotel simples de facilidades de acomodação, com serviços mínimos em relação aos seus hóspedes. -----

----- Portanto, estas eram razões suficientes para que estas propostas não tivessem viabilidade, isto é, a oportunidade para a Câmara em termos de valor. -----

----- E outra questão que também levava a que estas propostas não tivessem razoabilidade, era que estavam com eleições marcadas para daqui a três meses e vender património nesta altura não lhe parecia que fosse a coisa mais lógica, até porque todos os efeitos que essas vendas viessem a produzir naturalmente não se iriam verificar durante este mandato. Portanto, deixassem que quem viesse no mandato a seguir assumisse esse ónus, essa responsabilidade se quisesse assumi-la, e que não estivessem a mandar para o futuro uma coisa que não iria sequer ter efeitos no presente. -----

----- Esta, disse, era mais uma razão para que o PSD não fosse viabilizar a venda destes edifícios em hasta pública. -----

----- Outra questão ainda tinha a ver com a adaptabilidade ou adequabilidade desses edifícios para hotelaria. Já ali foi dito, e foi também referido na Comissão, que o Palácio Benagazil estava demasiado perto do aeroporto, e não se previa que o aeroporto saísse dali de um momento para o outro – esperava até que nem saísse do



sítio onde estava – mas a verdade era que estando demasiado perto do aeroporto não teria as condições de conforto que um hotel de charme deveria ter, já que o barulho que se produzia na área não era o mais conveniente. -----

----- Por outro lado, o Palácio Benagazil tinha ainda por resolver um contencioso com o Clube TAP, que eventualmente seria resolvido a favor da Câmara, mas também poderia não ser. -----

----- Em relação ao edifício da Rua da Atalaia, disse que também ele não tinha características em si mesmas evidentes para se transformar num hotel de qualquer categoria, na medida em que era excessivamente pequeno, o número de quartos também seria reduzido, as características das áreas sociais a implementar também não seriam as melhores, a menos que se viesse a edificar muito mais em relação àquilo que era a actual ocupação, em termos volumétricos, do edifício. -----

----- Portanto, disse a terminar, estas eram as razões objectivas que os levavam a considerar que esta alienação não era oportuna e não merecia o apoio da Assembleia. -

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que sabia que apenas ia ocupar tempo já era conhecido que as propostas iam ser rejeitadas, mas, apesar disso, queria dizer duas coisas para que ficassem registadas: -----

----- Primeiro: que, como tinha dito antes, estas vendas faziam parte das receitas extraordinárias, portanto não se podia afirmar que tivesse dito que elas não eram importantes do ponto de vista da receita. E para si importante tanto era uma receita de dez milhões como de um milhão, a menos que as pessoas quisessem voltar ao tempo em que nem sequer havia papel higiénico na Câmara. Se quisessem podiam voltar! ----

----- Segundo: contara uma conversa com o Sr. Ministro da Economia, que era verdadeira, estava bem reproduzida, mas queria dizer que quando falava com as Comissões não omitia informação, mas também não gostava que a informação fosse ali trazida sem que fosse completamente dito aquilo que efectivamente referira. -----

----- **A Senhora Presidente**, findas as intervenções, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação as propostas, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Proposta 151/2009** -----

----- Rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos favoráveis do PS. -----

----- **Proposta 152/2009** -----

----- Rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, BE, CDS-PP e PEV, e votos favoráveis do PS e PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É só para ficar registado que nós, em relação à proposta 151/2009, votamos contra porque entendemos que era um edifício em excelentes condições de ser recuperado e posto à disposição de casais jovens para habitarem em Lisboa. Foi isso que defendemos na Câmara Municipal e mantemos essa posição.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 246/2009 – APROVAR O REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA,**

**AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 246/2009 -----

----- Regulamento do Conselho Municipal de Juventude -----

----- Pelouro: Juventude -----

----- Serviços: Departamento de Educação e Juventude -----

----- “Considerando que: -----

----- - É hoje inquestionável a transversalidade das políticas públicas dirigidas à juventude; -----

----- - São igualmente inegáveis as vantagens para as instituições públicas em estabelecerem um diálogo permanente com os jovens, fomentando mecanismos de democracia participativa e aberta a todos; -----

----- - Importa assegurar um Fórum privilegiado de diálogo com a sociedade civil jovem, no município de Lisboa, correspondendo às necessidades de audição e representação da juventude local; -----

----- - O funcionamento prático do Conselho Municipal de Lisboa se encontra suspenso desde 2003; -----

----- - Através da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, se procedeu à aprovação do regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento; -----

----- - As regras de funcionamento dos conselhos municipais de juventude existentes à data de entrada em vigor da referida lei devem ser objecto de adaptação no prazo máximo de seis meses; -----

----- - O regulamento do Conselho Municipal de Juventude é um instrumento fundamental do qual constam as disposições que instituem o órgão em cada município, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências; --

----- - Nos termos do artigo 25.º da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, compete à Assembleia Municipal proceder à aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Juventude; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de regulamento em anexo, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” -----

----- (O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado, em anexo à proposta, nos serviços de apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente, de Educação, Juventude e Desporto, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve. -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa reuniu no passado dia 27 de Abril para elaborar o seu Parecer sobre a proposta n.º 246/2009. Previamente a comissão reuniu com a Senhora Vereadora Rosalia Vargas para apresentação da proposta. -----

----- No seguimento dessa análise na Comissão: -----

----- 1. Saúda a vontade da Câmara Municipal de Lisboa em reactivar o Conselho Municipal de Juventude e que vem também na sequência de deliberações e propostas aprovadas pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- 2. Regista que após a aprovação da Proposta 246/2009 na sessão de Câmara de 11 de Março a Junta Metropolitana de Lisboa aprovou no passado dia 16 de Abril, e apenas com a abstenção do representante do Município de Lisboa (12 votos a favor e 1 abstenção), uma proposta que recomenda aos Municípios o adiamento da instalação dos Conselhos Municipais de Juventude e solicita à Assembleia da República a revisão da Lei nº 8/2009 (Proposta em anexo). -----

----- 3. A Aprovação da Proposta da Junta Metropolitana de Lisboa deverá merecer a reflexão dos Deputados Municipais de Lisboa. -----

----- Pelo exposto a Comissão decide que a proposta está em condições de ser apreciado pelo Plenário da Assembleia. -----

----- Este parecer foi aprovado por unanimidade.” -----

----- (Em anexo ao Parecer foi distribuída a Proposta n.º 11/JML/2009, da Junta Metropolitana de Lisboa) -----

----- **A Senhora Vereadora Rosalia Vargas**, no uso da palavra para apresentação da proposta, começou dizer que hoje era submetido novamente à Assembleia Municipal o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, pelo que, uma vez mais, recordava alguns aspectos que marcavam o historial deste documento. -----

----- Referiu que era do conhecimento da Assembleia que o Conselho Municipal de Juventude deixara de reunir em 2003, revelando, nos anos anteriores à sua suspensão, sucessivas dificuldades de funcionamento. -----

----- Era também conhecido que o actual Executivo vinha preparando de novo, desde 2008, a implementação dessa órgão. Conheciam todos a existência da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, aprovada na Assembleia da República com um amplo consenso político, e após um ano de debates, contributos e sugestões das mais diversas entidades. -----

----- Portanto, esta Lei definia o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, assim como a obrigatoriedade da sua implementação num período de seis meses, que terminava, portanto, no dia 31 de Agosto. -----

----- Por outro lado, saberiam também que qualquer pedido de análise parlamentar que viesse a ser requerido relativamente a uma Lei não tinha sobre a mesma nenhum efeito suspensivo nem lhe retirava qualquer carácter de obrigatoriedade. -----

----- Por isso, voltava a lembrar que a Câmara Municipal de Lisboa, de forma responsável, como aliás lhe competia fazer, não ignorara a legislação em vigor integrando ao nível do presente Regulamento o que estava definido na Lei. -----

----- Disse que o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude reforçava o papel da participação juvenil no processo político. Estariam de acordo que era hoje inegável e consensual que o fortalecimento da democracia passava, em muito, pelo papel que os jovens podiam assumir na sociedade, pela capacidade que o poder político encontrava em os ouvir, em os inserir nos mecanismos de decisão e de lhes incutir responsabilidades, enfim, de não se fazer apenas política para os jovens mas sim e sobretudo com os jovens. Esse era o objectivo essencial desta proposta da Câmara. ----

----- Aliás, lembrava que essa vontade foi ali partilhada pela Assembleia Municipal, através de um conjunto de recomendações e moções aprovadas, pedindo a reactivação do Conselho Municipal de Juventude. No dia 28 de Abril passado este Regulamento foi pela primeira vez submetido à Assembleia Municipal, e a pedido de alguns Grupos Municipais presentes foi então aceite o adiamento da proposta para que se conseguisse atingir um consenso. -----

----- Pelo seu lado, por entender que as matérias relativas às políticas de juventude deveriam suscitar o mais amplo consenso possível, foi sensível a esse pedido procedendo ao adiamento ficando a aguardar os prometidos contributos. Bom, não deviam afastar os jovens do processo político. -----

----- Continuando, disse que viu há pouco e lera com atenção a recomendação do Grupo Municipal do PSD, e só podia dizer que aquilo que era recomendado era que existia a Lei n.º 8/2009, mas o PSD não gostava dessa Lei e, portanto, recomendavam que se aplicasse a deliberação n.º 126/AM/95, o que pessoalmente considerava inédito e não aceitável. -----

----- Por que deixara de reunir o Conselho Municipal de Juventude em 2003? Seria por que também teriam deixado de gostar desse Regulamento? Era preciso que fossem claros! Existia uma Lei que foi aprovada na Assembleia da República e que foi homologada pelo Senhor Presidente da República, pelo que só lhe restava dizer: cumpra-se a Lei! -----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que não podia deixar de manifestar alguma estranheza pela enorme inflexão que a Sra. Vereadora apresentara hoje, em relação àquilo que foi a sua posição na última reunião em que debateram esta matéria. De facto, não compreendia como era que depois de tanta disponibilidade e de tanta compreensão perante aquilo que eram na altura as principais objecções que os vários Grupos Municipais ali manifestaram, de repente se passasse para uma situação de obrigatoriedade de votação. Só podiam concluir isso como um colete-de-forças exterior à Assembleia, se calhar de uma qualquer juventude partidária. -----

----- Sobre as moções e recomendações que foram aprovadas pela Assembleia Municipal, inclusivamente apresentadas pelo PEV em 2008, disse que passavam pela realização do Conselho Municipal de Juventude, que não estava obrigado a qualquer outro Regulamento e que poderia ter reunido desde o dia 1 de Agosto de 2007 com o actual, pelo que o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora só não reuniram o Conselho Municipal de Juventude porque não quiseram. -----

----- Portanto, que não viesse agora a Sra. Vereadora dizer que estava interessada em que se cumprisse a Lei, que estava interessada em que os jovens participassem, depois de durante os dois últimos anos os jovens não terem participado pura e simplesmente porque a Sra. Vereadora não quisera saber deles. Era inclusivamente inadmissível – e isso já começava a fazer alguma escola na Assembleia – que o Executivo Municipal viesse constantemente apelidar a Assembleia como bloqueadora da acção em prol de Lisboa. -----

----- E sobre a proposta em debate, como inclusivamente sobre a recomendação que o PSD apresentara, pretendia deixar dois factos claros e objectivos: -----

----- Primeiro, era que quanto à proposta não estavam a discutir a viabilização do Conselho Municipal de Juventude, e a Sra. Vereadora que não viesse ali dizer que era disso que se tratava, porque o que estavam a discutir era a alteração do Regulamento que o regia. -----

----- Segundo, era que se não reuniram até agora o Conselho Municipal de Juventude foi porque não quiseram. -----

----- Disse, depois, que o PSD, o PEV e outras forças políticas com assento na Assembleia, durante o mandato, quer nas reuniões da Comissão, quer em reuniões com a Sra. Vereadora logo desde que tomara posse, procuraram de certa forma envolver, como a Sra. Vereadora dizia e bem, a própria juventude nestas questões. Agora, era preciso que fossem francos! Não servia de nada criar um Regulamento que todas as forças políticas da Área Metropolitana de Lisboa, e a própria Associação Nacional de Municípios, entendiam que podia criar dificuldades ao funcionamento não só do próprio Conselho, como também dos Executivos camarários, para depois terem ali a Sra. Vereadora a queixar-se que não conseguia apresentar orçamentos porque não tinha uma deliberação do Conselho visto que não fora possível reunir. -----

----- Seguidamente, à guisa de desabafo, disse que a conduta dos trabalhos na Assembleia Municipal tem sido sempre – e a Sra. Presidente disso tem sido a cara – de total isenção, independentemente daquilo que têm sido as maiorias dentro dos Executivos e as maiorias dentro da Assembleia Municipal, com base naquilo que era a isenção e fiscalização que competia à Assembleia Municipal, e aos Deputados Municipais tem sido exigida essa mesma fiscalização e essa mesma atenção. -----

----- Mas, ao contrário, o Executivo camarário, ali dentro e lá fora, constantemente enxovalhava e denegria a imagem, não só da Assembleia, que tanto custara a criar, como também dos próprios Deputados Municipais. E não sabia se numa próxima reunião da Assembleia não apresentaria uma Moção porque se colocavam *outdoors* do Executivo camarário a dizer quais as obras que queria fazer e que supostamente a Assembleia não aprovava, e por isso achava que também a Assembleia deveria propor a colocação de *outdoors* chamando a atenção para as recomendações que foram ali apresentadas em prol da Cidade de Lisboa e que o Executivo camarário delas fizera ouvidos moucos. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, começou por referir que gostara da intervenção do Deputado Municipal Luís Newton com esta conturbada entrada, mas desejava que fosse bem-vinda a discussão em Plenário.

Lembrou que o PS já colocara esta matéria na ordem do dia por diversas vezes na Assembleia Municipal, ele próprio já ali falara sobre o assunto várias vezes referindo que esta matéria foi algo conturbada entre Comissões, entre o Plenário, entre as próprias recomendações, etc. -----

----- Embora sentisse que se estava a repetir sucessivamente quando falava sobre este assunto, deixava algumas reflexões que achava que eram importantes. -----

----- Primeiro: o PSD, que finalmente deixava a proposta ir a votação, vinha agora, através de uma recomendação, propor que se reimplementasse o Regulamento de 2003, que não servia na altura em que o Executivo era liderado pelo Dr. Santana Lopes, mas que servia agora no Executivo liderado pelo PS. Era engraçado! -----

----- E era engraçado porque foi exactamente a então Vereadora Sofia Bettencourt que mandara “matar”, mandara parar por completo o Conselho Municipal de Juventude. Só que as pessoas esqueciam-se! Portanto, em 2003 o Conselho Municipal de Juventude deixara de reunir. -----

----- Mas aquilo que o PSD agora ali propunha, mais uma vez de forma incoerente e irresponsável, era que a Câmara Municipal de Lisboa, que passara os últimos dois anos a credibilizar-se junto da opinião pública e junto de toda a gente, não cumprisse agora a Lei do Estado. Ou seja, a Lei estava em vigor, era preciso que a Câmara implementasse esse regime jurídico até 31 de Julho, e aquilo que o PSD propunha era não implementar a Lei. Isso era a incoerência que a si lhe custava, porque foi o PSD que na Assembleia da República aprovava essa mesma Lei, em 2009. Aliás, essa Lei estivera em discussão pública em 2007 e 2008, e o PSD participara pelo que não podia chegar ali à tribuna, através do Deputado Municipal Luís Newton, e alegar desconhecimento da Lei. -----

----- A um aparte respondeu: “porque fizeram parte de um grupo de trabalho na Assembleia da República. Pergunte ao seu candidato, Pedro Santana Lopes, se se lembra de ter votado isto em Plenário? Porque eu lembro-me que ele votou em Plenário da Assembleia da República a Lei que aqui querem impedir que seja implementada!” -----

----- Bem, mas este era o PSD que tinham, infelizmente. Enquanto jovem gostava de participar, enquanto jovem queria ouvir as forças vivas da cidade, mas sentia-se extremamente incomodado porque este era o PSD que tinham, era a maioria de bloqueio que impedia que os jovens fossem ouvidos, que as forças vivas jovens da cidade fossem ouvidas, que o associativismo jovem fosse tido em conta. -----

----- A novo aparte, disse: “eu tenho fé nos jovens, eu tenho mais fé nos jovens que o Sr. Deputado. Eu acredito que os jovens vão contribuir para os orçamentos através dos seus pareceres e não vão bloquear os orçamentos nem o trabalho das Câmaras. Eu tenho fé nos jovens, pelos vistos o PSD é que não tem”. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que de facto o PS estava aterrorizado com a candidatura do PSD à Câmara Municipal, porquanto volta e meia apareciam ali invocando o Dr. Pedro Santana Lopes. A seu tempo teriam também a resposta dele. -----

----- Mas não era verdade o que o Deputado Municipal Pedro Pinto ali referira, estava mal informado. É que em 2003 o Conselho Municipal de Juventude não se extinguiu! Houve uma reunião desse órgão na altura, com essas mesmas associações de jovens que o orador anterior referira que ouvia, mas que, pelos vistos, não ouviu agora nem ouvira no passado, que reconheceram então o mau funcionamento que era aquele modelo de assembleia, e foram eles próprios que pediram que fosse feita a extinção, ficando as associações de jovens de apresentar à Vereação uma proposta alternativa. --

----- Portanto, o Conselho Municipal de Juventude não foi suspenso nem extinto pela Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt como falsamente ali alegara, mas sim porque os próprios jovens entenderam que o modelo que estava implementado não era útil. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, em contraprotesto, começou por lembrar que dissera “mandou parar, matou o funcionamento do Conselho Municipal na altura”. Aliás, o orador anterior acabara de referir que mandara parar, de comum acordo, etc., mas o Regulamento que regia na altura era exactamente o Regulamento que o PSD vinha ali hoje propor que se pusesse em vigor. -----

----- Isso é que era coerência, não era? Já estavam habituados! -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, depois de referir que o PCP já tivera ocasião de, na primeira discussão sobre este assunto, fazer ali a sua argumentação, disse que gostava de começar por corrigir a Sra. Vereadora quando dizia que houve um amplo consenso político na elaboração desta Lei, já que se efectivamente houve um amplo consenso foi do bloco central, porquanto houve partidos que, mantendo a sua coerência na Assembleia da República, não estiveram logo de imediato de acordo. Portanto, não foi assim um consenso tão grande porque todos os partidos de esquerda, concretamente o PCP, o PEV e o BE, votaram contra a Lei que agora estavam a falar. -

----- Por outro lado, quando a Sra. Vereadora dizia que a Câmara Municipal de Lisboa de forma responsável estava a apresentar esta proposta, cabia questionar se estava a chamar irresponsáveis aos restantes Presidentes de Câmara de todo o País, porque até agora nenhum aprovara o Conselho Municipal de Juventude. -----

----- A um aparte, respondeu: “Já houve 12? Pronto, então os restantes, quase 300, continuam a ser irresponsáveis”. -----

----- Disse que, de forma responsável, era a posição da Associação Nacional de Municípios e da Junta Metropolitana de Lisboa, que chamavam a atenção para alguns problemas, que ele próprio também já ali referira e que estavam anexos ao Relatório da Comissão. -----

----- E mais uma vez em coerência, o PCP, quando tinha o Pelouro da Juventude, em 1995, para constituir um Conselho Municipal de Juventude, um espaço para ouvir os jovens, não precisara na altura de nenhuma Lei, de nada, e tivera essa estrutura que funcionara, umas vezes com mais adesão outras com menos, mas recordava-se que ele próprio participara em algumas reuniões do Conselho Municipal de Juventude, e se, por exemplo, a Cidade de Lisboa tinha uma EPUL-Jovem, essa proposta surgira de discussões no âmbito do Conselho Municipal de Juventude. Portanto, não era preciso

nenhuma estrutura, nenhuma Lei, para ouvir os jovens da cidade. E até ao final de 2001 o Conselho Municipal de Juventude funcionara de forma regular. -----

----- Referiu que o que a Comissão foi discutindo, tendo em conta o que aparecera depois da Associação Nacional de Municípios e da Junta Metropolitana de Lisboa, foi que a forma responsável que deveriam ter nesta matéria era que, havendo quem já tivesse solicitado a inconstitucionalidade da Lei quando os Municípios, confrontados com ela, colocavam em dúvida que ela fosse possível de implementar, o que era uma atitude responsável era seguir exactamente o que essas recomendações apontavam no sentido de esperar pela resposta em relação a esses pedidos e não querer apenas uma atitude de campanha eleitoral, porque o que o PS efectivamente queria era dizer que criara o Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Que efeito prático, neste mandato, teria a constituição do Conselho Municipal de Juventude? Era para ter o cartaz na Praça de Espanha!? -----

----- Num aparte, disse que as Senhoras Deputadas Municipais da primeira fila estavam sempre muito incomodadas quando ali faziam intervenções, pelo que lhes pedia que tivessem alguma calma e respeito por quem estava a falar. -----

----- Depois, prosseguindo, insistiu na pergunta sobre qual era o efeito prático da criação do Conselho Municipal de Juventude agora, acrescentando que seria bom que a Sra. Vereadora ali fosse dizer que tinha um plano para que fosse assim tão urgente constituir, neste momento, o Conselho Municipal de Juventude, e ainda por que era que esteve dois anos sem ouvir os jovens da cidade, numa estrutura com um Conselho Municipal sem a Lei, e agora, a dois/três meses das eleições, achava assim tão importante constituir o Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Disse ainda que, enquanto Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, já tivera ocasião de escrever, por três vezes, à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, porque desde Abril que a Comissão aguardava a resposta da Sra. Vereadora para se dirigir à Comissão, e a Sra. Vereadora, após esses três pedidos, ainda não tivera tempo sequer para responder à Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que tinham para analisar, na proposta n.º 246/2009, a criação do Conselho Municipal de Juventude e respectivo Regulamento, com base na Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, acto legislativo que criava, para todos os Municípios portugueses e de forma obrigatória, os Conselhos Municipais de Juventude, estabelecendo o respectivo regime jurídico. -----

----- Essa proposta começara por integrar a Ordem de Trabalhos de uma das anteriores Sessões da Assembleia Municipal, baixara à Comissão da especialidade, estivera para regressar à Câmara, mas reaparecia estranhamente na Assembleia, segundo parecia, sem qualquer alteração ao seu contexto e conteúdo. Se, entretanto, nele foram incorporadas sugestões da Assembleia ou algum novo texto pela Câmara, desconheciam-no. -----

----- Disse que quando este Regulamento chegara à Comissão de Educação, Juventude e Desporto, o Grupo Municipal de “Os Verdes” dera a conhecer uma deliberação, gentilmente cedida pela Junta Metropolitana de Lisboa, tendo “Os Verdes” solicitado



distribuição de cópia a todos os Grupos Municipais. Nesse Parecer, a Junta recomendava aos Municípios, o adiamento da instalação dos Conselhos Municipais de Juventude, nos termos previstos na Lei, solicitando à Assembleia da República a sua revisão. -----

----- Recordou que esse Parecer da Junta Metropolitana, excluindo a abstenção da Sra. Vereadora Rosalia Vargas, foi votado favoravelmente por todos os restantes doze Municípios que integravam forças políticas diversas, incluindo o próprio PS. -----

----- No entanto, apesar do Parecer da Junta, a Câmara Municipal de Lisboa optara por enviar a proposta à Assembleia Municipal sem qualquer alteração. E o que estava ali em causa era o Regulamento anexo à proposta decalcar as normas da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que todos criticavam. -----

----- Mas tinham mais novidades para apresentar à Assembleia Municipal. O Grupo Municipal de “Os Verdes” recebera, há já algumas semanas, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, um parecer jurídico com mais de 50 páginas, da autoria de um Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobre a referida Lei n.º 8/2009. -----

----- E esse parecer apontava diversos vícios que geravam, segundo o académico, a inconstitucionalidade de normas insertas na Lei n.º 18/2009, entre os quais se destacam sete situações: -----

----- “O 1º problema da referida lei resulta de se tratar de um acto legislativo parlamentar através do qual se cria, de forma obrigatória e universal, um órgão autárquico que acresce aos órgãos que a Constituição define como órgãos municipais e saber se este órgão consultivo pode ter competências que limitem as naturezas deliberativa e executiva da AML e da CML. -----

----- O 2º problema resulta do esquema previsto para o exercício das competências consultivas dos conselhos municipais de juventude, designadamente, em pareceres obrigatórios sobre o plano e orçamento municipais. -----

----- O 3º problema concerne à previsão dos representantes dos municípios (noutros conselhos) serem eleitos pelos conselhos municipais de juventude e da sua legitimidade. -----

----- O 4º problema compreende o atribuir aos conselhos a competência para constituir comissões intermunicipais de juventude. -----

----- O 5º problema resulta de aí se estabelecer que os membros autarcas dos conselhos terem, enquanto titulares de órgão colegial, limitações de intervenção, de participação e de voto no âmbito do funcionamento do órgão. -----

----- O 6º problema radica na legitimidade jurídica das normas que obrigam os municípios a suportar todos os custos inerentes à constituição dos conselhos, ao que parece sem critério, do apoio logístico e administrativo, situação que, apesar de tudo, talvez possa ser ultrapassada pelo município. -----

----- Finalmente, com o 7º problema trata-se de saber se a referida Lei constitui ou não uma forma de transferência de atribuições e de competências e se daí deriva ou não o dever do cumprimento pelo Estado das obrigações, nomeadamente, financeiras, correlativas a essa transferência”. -----

----- E o professor concluía que, “sendo constitucionalmente admissível a criação legislativa de outros órgãos municipais para além dos previstos na Constituição, a situação já deve ser vista de modo distinto, quando esse órgão tem competências de atribuições locais que afectem a reserva de representatividade, constitucionalmente atribuída aos órgãos representativos”. -----

----- O parecer referia ainda, entre outras questões, a “dupla competência consultiva”, o “princípio da proporcionalidade”, a “reserva da representatividade da Assembleia e da Câmara Municipal” e o “princípio da eficácia administrativa”, conducente a “situações de impasse” que afectavam a “coerência financeira” e violavam “o princípio da igualdade”. -----

----- Simultaneamente, e em consequência, perante o teor deste parecer, o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses deliberara solicitar à Assembleia da República que fosse requerida ao Tribunal Constitucional a fiscalização abstracta da constitucionalidade, nos termos do artigo 281º da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Recordou, ainda, que desde 1995 o Município dispunha de um Conselho Municipal de Juventude, o qual podia continuar a reunir com o actual Regulamento. O mais importante era que os jovens reunissem o seu areópago, chegassem a consensos e decidam o seu futuro. -----

----- Disse que “Os Verdes” perante todos estes factos, requeriam ao Plenário da Assembleia Municipal que aconselhasse, avisadamente, o Executivo camarário a retirar a proposta n.º 246/2009 da Ordem de Trabalhos, enquanto a Lei não fosse revista no Parlamento. Se a Câmara insistisse na sua votação na Assembleia Municipal, era por demais óbvio qual iria ser o sentido de voto de “Os Verdes”. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava pontuar dois ou três aspectos porque o debate foi conduzido, como aliás já esperavam por parte da Câmara e do PS, num sentido completamente contrário àquele que estava ali posto em causa por um conjunto de forças políticas que questionavam, não o Conselho Municipal de Juventude, não a aplicação da Lei, mas questionavam, isso sim, o momento, a pressão, a pressa, a correria que o Executivo queria imprimir numa questão que só entraria em incumprimento por parte do Município no dia 1 de Setembro de 2009. Portanto, que não houvesse dúvidas que ninguém estava a incumprir nenhuma norma legal no dia de hoje, 30 de Junho de 2009. -----

----- Referiu que percebiam o esforço da Sra. Vereadora ao ir ali, pela enésima vez, com avanços e recuos, querer à força que esta questão passasse na Assembleia Municipal, porque tinha que aceitar que estava condicionada por vontades eleitoralistas de parte da Juventude Socialista nessa matéria, que teria que dizer que cumprira aquilo que extemporaneamente colocara num cartaz por Lisboa. -----

----- Essa era também uma questão em que a Assembleia Municipal não teria que andar atrás das correrias de quem quer que fosse, numa matéria que era séria. E era séria tal como foi demonstrado por entidades insuspeitas de partidarite de qualquer cor: Junta Metropolitana de Lisboa, que tinha camaradas do PS representados;

Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses que igualmente tinha camaradas do PS representados. -----

----- E essas entidades, insuspeitas de partidarite de qualquer cor, colocaram em causa algumas das soluções que a Lei n.º 8/2009 consagrava, designadamente o condicionamento à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal na aprovação de um instrumento essencial de gestão, que era o Orçamento. Inclusive, houvera quem solicitasse questões de constitucionalidade/inconstitucionalidade desse diploma. -----

----- E aquilo que foi decidido, por entidades isentas de serem acusadas de cor partidária porque eram multipartidárias, foi pedir aos Grupos Parlamentares que suscitassem a revisão da Lei, foi pedir ao Provedor de Justiça que se pronunciasse sobre um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses e que, eventualmente, suscitasse a apreciação de constitucionalidade da Lei, e foi também pedido ao Tribunal Constitucional a apreciação da constitucionalidade da Lei. -----

----- Portanto, a prudência aconselhava a que todos esperassem para perceber se a Assembleia da República estava ou não disponível para rever essa matéria; se o Sr. Provedor de Justiça dava ou não sequência, e que sequência dava ao pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses; e se o Tribunal Constitucional dava ou não dava, e que sequência dava ao pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- Por conseguinte, não valia a pena o PS ir ali fazer uma rábula, com a excitação tonitruante da sua bancada, numa questão que era tão simples quanto esta: PS, PCP, PSD, CDS-PP e porventura o BE, não sabia, portanto, em termos de municípios, partidos de todas as cores suscitaram esta questão, e a grande maioria de municípios de todas as cores não queriam implementar o Conselho Municipal de Juventude tal como estava. -----

----- Ora, por que era que Lisboa tinha que ir a correr nesta matéria? Apenas para ir atrás de um cartaz? Não, obrigado, preferiam esperar de uma forma séria. -----

----- Aliás, se o PS estava tão preocupado com a participação da juventude nos destinos da cidade, já ali foi dito, não queria repetir, era um facto que não fizera nada para reunir o Conselho Municipal de Juventude que existia no âmbito e nos termos da deliberação 126/AM/95. -----

----- Mas também desejava dizer que aquando do desenvolvimento do Orçamento Participativo, não viu ninguém dizer, preocupar-se, chamar, questionar, perguntar, solicitar o envolvimento, nesse Orçamento Participativo, das associações juvenis da cidade. O Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora teriam tido aí uma oportunidade de ouro para envolver os jovens da cidade numa matéria que tinha consequência em parte do Orçamento da Câmara. O que fizeram na altura? Nada! Agora com certeza viriam ali dizer que fizeram imensa coisa, mas certo era que não fizeram nada. -----

----- Portanto, no Orçamento Participativo o PS e a Câmara não tiveram a preocupação de envolver os jovens da cidade, como não tiveram também a preocupação de reunir o Conselho Municipal de Juventude para que ele se pronunciasse sobre as questões orçamentais do Município, pelo que a conclusão a tirar

era que isto é pura caça ao voto jovem, e a Assembleia Municipal não tinha que fazer parte desse conjunto de caçadores. -----

----- Por fim, disse que tinham que ter um *timing*, e esse *timing* depois de entidades, órgãos de soberania inclusive, como a Assembleia da República e o Tribunal Constitucional, e órgãos como o Provedor de Justiça se pronunciarem sobre a matéria. A partir daí estariam disponíveis para discorrer, analisar e votar um Conselho Municipal de Juventude depois de tudo isso esclarecido e de esclarecidos os aspectos altamente controversos do ponto de vista das soluções legislativas contempladas. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que havia vários Deputados da Nação no Grupo Municipal do PSD, e gostaria de saber se eles, por exemplo o Deputado António Preto, ou o Dr. Pedro Santana Lopes, da Direcção do PSD, interpelaram a Assembleia da República ou entregaram alguma apreciação parlamentar. Gostava de saber isso porque achava que era importante e pertinente para esta discussão, tendo em conta que os Deputados que acabara de referir votaram favoravelmente a Lei. -----

----- Disse que em relação a um processo se iniciara no final de 2007, em 2008 estivera em discussão pública e em 2009 foi aprovado, tantas dúvidas suscitadas levavam-no a questionar se o PSD-Lisboa não teria poder para fazer chegar junto dos seus Deputados na Assembleia da República essas preocupações, e influenciar, positivamente, uma Lei em relação à qual ali se mostrava absolutamente contra. Era um bocadinho estranho! -----

----- Referiu que o que o Deputado Municipal Saldanha Serra estava a fazer era apelar à Câmara Municipal de Lisboa, que se empolgara bastante para se transformar numa figura de bem nos últimos dois anos, para que fosse contra uma Lei cujo prazo de implementação terminava no dia 31 de Agosto. -----

----- Estas, disse, eram dúvidas sinceras de um não jurista que apenas queria ouvir os jovens da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, disse que dentro do espírito positivo com que o PSD encarava esta questão, com todo o gosto procuraria responder. -----

----- Quanto à posição do Grupo Parlamentar do PSD, disse que, como sabiam, esta questão foi suscitada em meados de Abril na Junta Metropolitana de Lisboa, e mais tarde, no mês seguinte, no Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e foi a partir dessa altura que algumas questões foram suscitadas sobre a Lei, porque não era toda a Lei que estava em causa. Portanto a Lei estava em causa, porque não se podia pôr em causa só um bocadinho da Lei, em aspectos específicos de que já ali dera o maior exemplo que era a questão orçamental. -----

----- Quanto ao Grupo Parlamentar do PSD, disse que devolvia a pergunta ao Deputado Municipal Pedro Pinto porque também houve camaradas seus, Presidentes de Câmara, que na Junta Metropolitana e na Direcção da ANMP colocaram esta questão ao Parlamento, e se todos os Grupos Parlamentares já foram contactados nessa matéria seguramente em breve teriam notícias no sentido de perceber se haveria abertura ou não para corrigir os aspectos negativos que esta Lei envolvia. -----

----- De resto, não era a primeira vez, e com certeza não seria a última, que em qualquer órgão deliberativo e legislativo havia situações que eram legisladas num sentido e que na prática muitas vezes tinham que ser corrigidas. Não era vergonha para ninguém, era uma questão comum em democracia porque em democracia também se falhava. -----

----- Em relação ao prazo, disse que ele terminava no dia 1 de Setembro, faltavam ainda dois meses, portanto até lá muita água correria ainda debaixo das pontes. Neste momento não havia razão para apressar e forçar aquilo que não era consensual, aquilo que tinha problemas legais. E o que o PSD dizia era que, neste momento, esta questão não deveria ser forçada. Quando chegassem a um momento onde porventura nada estivesse ainda claro e se colocasse a questão de estarem perante o incumprimento da Lei, teriam todos que analisar, por cada um, se a situação era suficientemente forte para continuarem a defender que a Lei, sendo uma Lei que estava errada em alguns aspectos, deviam aguentar a sua implementação, ou se, pelo contrário, deviam preferir implementar aquilo que a Lei determinava por força de um bem maior. -----

----- Era tão simples quanto isso! -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o que era óbvio que ressaltava disto era que quem tinha mesmo preocupações eleitoralistas com esta matéria era o PSD, que, aliás, revelara bem isso neste debate ao dizer que o PS queria aprovar à pressa esta proposta por razões eleitoralistas. -----

----- Ora bem, tratava-se de uma Lei que foi aprovada na Assembleia da República por maioria de dois terços, uma vez que o PS e o PSD convergiram na sua aprovação. Uma Lei que, como bem referira o seu colega, Deputado Municipal Pedro Pinto, foi discutida em debate público em 2007/2008, uma Lei que visava corrigir uma situação que levava o próprio PSD a paralisar o Conselho Municipal de Juventude, através da posição da Vereadora Ana Sofia Bettencourt. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de uma Lei que impunha um prazo de execução a partir do dia 1 de Setembro. -----

----- Por isso o que entendia, de uma forma muito *sui generis*, era que se dissesse ali que a própria Assembleia não cumprisse a Lei. Aliás, até ouvira ali declarações bizarras tais como: “nós não alteraremos nada enquanto a Assembleia da República não alterar a sua posição”. Isto é, até estavam ali numa posição de um órgão, que não era um órgão de soberania, a fazer uma espécie de pressão sobre um órgão de soberania. -----

----- Tudo tinha o seu espaço e o seu local próprio, mas o que verificavam, mais uma vez, era que por força desta maioria de bloqueio do PSD, à qual estranhamente viam o PCP associar-se, quem ficava prejudicado era a cidade, porque os jovens deixavam de ser ouvidos. -----

----- **A Senhora Vereadora Rosalia Vargas**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que gostaria de deixar ali claro que não cultivava a teimosia, mas sim a busca de consensos políticos quando eles eram possíveis. Nesta matéria, porém, tal parecia não ser possível mas tinham que ser claros. -----

----- Existia uma Lei que foi aprovada, que foi homologada superiormente, e tinham que a cumprir. Era tão claro quanto isso! -----

----- Quanto aos calendários eleitorais, disse que trouxera à Assembleia Municipal a proposta após a homologação da Lei pelo Senhor Presidente da República, portanto não a movera nenhum calendário eleitoralista. Até poderia ter sido, mas não foi. O que a movera foi o respeito por uma Lei que deveria ser aplicada nesse contexto, e que convocava os jovens para, de uma forma organizada, participarem na vida política da cidade. -----

----- Esse foi o calendário, foi assim que aconteceu porque foi assim que os diferentes processos tiveram os seus diferentes passos. Portanto, não foi uma opção eleitoralista, foi uma opção de calendário normal e esta proposta estava na Assembleia Municipal desde Abril. -----

----- Disse ainda que, uma vez aprovada esta proposta, reunia-se o Conselho Municipal de Juventude e havia que trabalhar no regimento concorrendo para isso todos os participantes com assento no Conselho, e estava certa que esse regimento seria, ou será se a Assembleia votar favoravelmente a proposta, um documento claro que com certeza reuniria o consenso dos elementos que integrassem o Conselho Municipal de Juventude, e seria um regimento que possibilitaria o normal funcionamento desse órgão. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que esta proposta não estava na Assembleia desde Abril. Ela integrara as agendas e foi adiada, de acordo com o Executivo, para acolher sugestões no âmbito das Comissões, e a Assembleia aguardara que houvesse uma definição sobre se eram ou não acolhidas as alterações feitas nas Comissões. Portanto, não houve nenhuma paragem por parte da Assembleia sobre esta matéria. ---

----- Seguidamente, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 246/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos favoráveis do PS e a abstenção do BE. -----

----- Finda a votação da proposta, a Sra. Presidente disse que tinham ainda a recomendação apresentada pelo PSD, que no entanto ficara prejudicada face ao resultado da votação da proposta, pelo que não seria votada, ficando, no entanto, anexa à proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, apresenta algumas soluções que se podem traduzir em obstáculos à normalidade da gestão municipal por parte dos órgãos autárquicos eleitos, nomeadamente em matéria de pareceres obrigatórios relativamente aos orçamentos municipais. -----

----- Estas soluções motivaram que a Junta Metropolitana de Lisboa, em 16 de Abril, apenas com a abstenção da representante da CML (12 votos a favor e uma abstenção), aprovassem uma Moção suscitando estas dúvidas e recomendando aos Municípios o adiamento da instalação destes Conselhos Municipais ao abrigo da referida legislação, e solicitando à Assembleia da República a revisão da mesma. -----

----- Posteriormente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses elaborou um parecer sobre aquele diploma legal, que o respectivo Conselho Directivo remeteu ao Provedor de Justiça com a solicitação de ser requerida a apreciação da sua constitucionalidade, bem como aos Grupos Parlamentares, para efeitos de revisão da Lei, e ao Tribunal Constitucional. -----

----- Como facilmente se detecta, pelo facto de na Junta Metropolitana e no Conselho Directivo da ANMP estarem representados diversos Partidos, entre os quais o PS, esta é uma questão que vem afectando e preocupando todas as forças políticas que gerem os diversos Municípios Portugueses, isto é também os autarcas socialistas. -----

----- Por estas razões, tem sido entendido que o Município de Lisboa não deve precipitar-se na discussão e votação da Proposta 246/2009, através da qual a CML pretende aprovar um novo Regulamento para o Conselho Municipal de Juventude. ----

----- Lembra-se que, através da Deliberação n.º 126/AM/95, que se encontra em vigor, Lisboa dispõe de um Conselho Municipal de Juventude que o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada podem convocar e reunir, para discutir assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa, não prejudicando a participação das associações juvenis da Cidade. -----

----- Por estas razões o PSD votou contra esta proposta 246/2009.” -----

----- **Nota:** a recomendação apresentada pelo PSD sobre a proposta 246/2009, tem o texto constante da declaração de voto do Deputado Municipal Saldanha Serra, com excepção do último parágrafo, que a seguir se transcreve: -----

----- “Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe, nos termos do n.º 10 do artigo 40º do Regimento, que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 30 de Junho de 2009, recomende à Câmara Municipal de Lisboa que reúna o Conselho Municipal de Juventude ao abrigo da Deliberação n.º 126/AM/95, que se encontra em vigor, por forma a fazer participar as associações juvenis da cidade nos assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É muito simples, o fundamento jurídico que está em causa já foi anunciado várias vezes aqui, ontem mesmo estivemos em Sessão da Assembleia Metropolitana, e em balanço sobre em várias matérias da actividade da Junta um dos aspectos que saudamos foi esse parecer colectivo da Junta Metropolitana sobre esta matéria dos Conselhos Municipais de Juventude. -----

----- Houve francas unanimidades naquela Junta Metropolitana e ontem também saudamos o balanço dos trabalhos do mandato. -----

----- Neste caso concreto houve a abstenção da Câmara Municipal de Lisboa, representada pela Sra. Vereadora. A grande questão que se levanta, e não a aprofundamos devidamente, é que a abertura de um precedente, que pode ser ilegal, através do parecer do Conselho Municipal de Juventude, poderia generalizar-se e, obviamente, outros Conselhos Municipais iriam levantar a questão e iriam exigir que fosse introduzida também para eles a matéria dos pareceres. -----

----- Estão a ver que iríamos subverter uma questão que é essencial na participação das populações, dos sectores de cada sociedade e cada Município, porque o bom sentido é o sentido de ouvir, de auscultar, de trazer novas participações e propostas à vida municipal, e passaríamos a ter órgãos com outros poderes o que iria, provavelmente, agravar em muito a vida municipal. -----

----- Por isso mesmo votamos contra esta proposta, e aguardamos que efectivamente as diligências da Junta Metropolitana e da ANMP surtam efeito na Assembleia da República e o projecto jurídico seja alterado, a bem da participação da juventude e da democracia.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós abstivemo-nos nesta questão porque queremos manter equidistância política em relação às batalhas pré-eleitorais que se configuram nesta Assembleia, desde algumas sessões a esta parte, em querer utilizar todas as propostas como bandeiras eleitorais. -----

----- Nós não alinhamos nem no jogo do PSD, nem no jogo do PS, porque, quer num caso, quer no outro, andaram vários anos sem se lembrarem do Conselho Municipal de Juventude, porque a Lei já vem de 2002, e é agora, na véspera das eleições, que toda a gente se lembra daquela juventude relativamente à qual nenhum dos partidos se preocupou nos anos anterior. -----

----- Portanto, nós para esse peditório, francamente não queremos dar.” -----

----- **PONTO 11 – PROPOSTA 322/2009 – APROVAR A VERSÃO FINAL DO PLANO PORMENOR EM MODALIDADE SIMPLIFICADA DE PROJECTO URBANO PARA O CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 322/2009 -----

----- Pelouro do Urbanismo e Planeamento Estratégico: Vereador Manuel Salgado -----

----- Serviço: DMPU/DPU -----

----- “Considerando que: -----

----- - foi deliberado em reunião de câmara de 28 de Abril de 2004, através da Deliberação n.º 271/CM/2004, publicada no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 533 de 6/5/2004, a elaboração do Plano de Pormenor em modalidade simplificada de projecto urbano para o Centro de Congressos de Lisboa e a aprovação dos respectivos termos de referência; -----

----- - nos termos do artigo 4º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, se manteve em vigor o artigo 91º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção original, quanto às modalidades simplificadas de plano de pormenor previstas no n.º 2 daquele artigo, relativamente aos planos cuja elaboração haja sido deliberada pela câmara municipal até à sua entrada em vigor, em 18 de Novembro de 2007; -----



----- - foi deliberado em reunião de câmara de 26 de Novembro de 2008 através da Deliberação n.º 1130/2008, publicada no 3º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 771 de 27/11/2008, submeter a discussão pública a proposta do Plano de pormenor em modalidade simplificada do projecto urbano para o Centro de Congressos de Lisboa; -  
----- - foi concluído o período de discussão pública, tendo a versão final da proposta do plano sido precedida dos procedimentos legais exigidos; -----  
----- - a versão final da proposta do plano está instruída com os elementos legais necessários: -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09: -----

----- Determinar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta da versão final do Plano de Pormenor em modalidade simplificada de projecto urbano para o Centro de Congressos de Lisboa, ao abrigo do disposto nos n.º 1 do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que o Plano de Pormenor do Centro de Congressos era um plano de pormenor em modalidade simplificada para uma pequena área na Cidade de Lisboa. --

----- Referiu que ao contrário daquilo que já por vezes tem ouvido na Assembleia Municipal, uma das formas previstas na legislação para se alterarem os PDM's, era através da aprovação de planos de urbanização ou de planos de pormenor. Até há dois anos atrás, essas alterações aos PDM's através de planos de pormenor ou planos de urbanização, depois de aprovadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal, tinham que ser ratificadas pelo Governo, mas hoje, e bem, essa competência era exclusivamente da Assembleia Municipal. A Câmara aprovava, punha em debate público, ponderava as razões aí apresentadas, e depois cabia à Assembleia Municipal decidir da sua aprovação. -----

----- E por que é que foi necessário fazer um plano de pormenor para esta área? Foi necessário porque o PDM classificava esse espaço como área de equipamentos. Sucedia que o equipamento foi desafectado, nomeadamente o Liceu Rainha D. Amélia foi desactivado enquanto liceu, o estado alienara-o a um privado, e o privado nesse edifício, que era um imóvel classificado, pretendia construir um hotel para o qual já tinha o projecto apresentado à Câmara e parecer favorável o IGESPAR. Portanto, ao pretender construir um hotel isso não era compatível com o PDM, e por isso era preciso alterar o plano no sentido em que um espaço que estava definido como área de equipamento, fosse área histórica habitacional para permitir a construção desse equipamento. -----

----- O plano abrangia uma área muito reduzida que englobava o Centro de Congressos da Junqueira e um lote que foi alienado pela Câmara Municipal há uns anos atrás, portanto era um plano que do ponto de vista urbanístico tinha um impacto pequeno, mas que se tornava absolutamente indispensável para que, por um lado, a Câmara pudesse respeitar o compromisso que assumira ao vender um lote, e, por

outro, que fosse possível reutilizar um espaço que era desafectado do uso de um equipamento, uma vez que o referido equipamento foi desactivado. -----

----- Disse que na reunião que tivera na Comissão de Urbanismo uma das dúvidas que foi suscitada foi a questão da percentagem de solo permeável no lote do antigo palácio onde se propunha construir um hotel. Sucedia que o antigo palácio, quando era liceu, tinha o logradouro todo ocupado com salas de aulas e pavilhões, e neste momento aquilo que se verificava era que com a desactivação e a demolição dos pavilhões havia um ganho de espaço permeável relativamente à situação pré-existente, e, portanto, o verde permeável passava a ser de 38% relativamente à área total do logradouro. -----

----- Aquilo que seria construído no logradouro era um centro de exposições temporárias, que funcionava como complemento ao hotel que era construído na parte que tinha a fachada para a Rua da Junqueira, e centro de exposições porque o promotor tinha uma colecção de arte que pretendia efectivamente expor, isso constava do projecto apresentado ao IGESPAR e merecera parecer favorável. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “No âmbito das competências que lhe são atribuídas a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade na sua reunião de 18 de Junho de 2009 analisou, com vista a discussão e votação pelo Plenário da Assembleia Municipal, a Proposta 322/2009 referente à versão final do Plano de Pormenor em modalidade simplificada do Projecto Urbano para o Centro de Congressos de Lisboa. -----

----- A proposta foi apresentada à Comissão pelo Vereador responsável pelo Pelouro do Urbanismo e Planeamento Estratégico que evocou como sua justificação o desajustamento dos instrumentos de planeamento em vigor para a zona em relação à realidade actual, nomeadamente os compromissos municipais assumidos quanto à implantação requerida para a construção de unidades hoteleiras em torno do Centro do Congresso de Lisboa. -----

----- Aberta a discussão os membros da Comissão tiveram oportunidade de apresentar uma série de observações e expor dúvidas que, resumidamente se podem agrupar da seguinte forma e em relação às quais foram sendo dadas explicações por parte do Senhor Vereador e dos técnicos municipais que o acompanhavam: -----

----- 1. Aplicabilidade nas circunstâncias relatadas da figura da Modalidade Simplificada de um Plano de Pormenor quando se trata de uma alteração que envolve mudança de classe de uso do solo e não se está perante condições de corrigir um erro material ou ajustamento a directivas emanadas de instrumentos de planeamento de escala superior. -----

----- 2. Relação entre as novas actividades previstas e o sistema viário local nomeadamente as características de via rápida que a Avenida da Índia assumiu e as novas entradas e saídas à direita que a Proposta contempla, incluindo serventia de veículos pesados. O Senhor Vereador informou que era intenção do Executivo

transformar naquela artéria, de via rápida em via com características de uso urbano e serventias imediatas. -----

----- 3. Garantia da manutenção de uma relação adequada e dentro dos parâmetros consignados no PDM entre áreas permeáveis, impermeáveis e ajardinadas ou arborizadas, porque se levantaram dúvidas quanto à relação das mesmas. -----

----- 4. Igualmente se levantou o problema do plano de vistas do edificado a norte do hotel que irá nascer no antigo Liceu Rainha D. Amélia, não sendo satisfatórias as respostas obtidas. -----

----- Face ao exposto a Comissão entende que a Proposta está em condições de ser submetida à apreciação do Plenário da Assembleia, reconhece a qualidade técnica dos elementos apresentados, remetendo para análise política a levar a efeito pelos diversos Grupos Municipais os aspectos objecto de dúvida.” -----

----- Finda a leitura do Parecer, o Deputado Municipal Victor Gonçalves continuou no uso da palavra, agora na qualidade de Deputado Municipal do PSD, começando por referir que esta proposta abrangia, como foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, uma área limitadíssima junto ao actual Centro de Congressos, antiga Feira Internacional de Lisboa, abrangendo parte da zona da FIL, a ocidente, onde sempre estivera prevista a construção de um hotel, e abrangia também, a norte, a parte onde se situara o Liceu Rainha D. Amélia. -----

----- Esta proposta, tal como foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente, justificava-se pela alteração que houve em relação àquilo que estava inicialmente indicado nos planos urbanísticos, ou seja, nomeadamente em relação ao espaço de garagem que foi ocupado e onde estava previsto um hotel no plano anterior, como também a mudança de uso que o palácio onde funcionara a escola iria sofrer por força da adaptação a um hotel que iria ser aí construído. -----

----- Referiu que as dúvidas, para além daquelas da aplicabilidade deste instrumento nesta situação, iria naturalmente deixá-las à apreciação do Deputado Municipal Silva Dias, que com certeza sobre isso falaria muito melhor que ele, mas tirando isso havia de facto aspectos que teriam que ser considerados. -----

----- Disse que o Sr. Vice-Presidente referira na Comissão que a Av. da Índia iria ser transformada, deixando de ser uma via rápida para passar a ser um via urbana. Era evidente que isso não iria ser muito fácil nas circunstâncias em que todos sabiam como se desenrolava o trânsito na Av. da Índia. -----

----- Por outro lado, neste plano estava prevista a entrada numa espécie de um pátio que ficava adjacente ao tal hotel que iria ser construído junto ao Centro de Congressos, um hotel relativamente grande já que tinha mais de 300 quartos, enquanto que o outro era muito mais pequeno em termos do número de quartos, e estava previsto junto a esse hotel um espaço, que naturalmente seria um espaço verde ou um espaço de uso público. -----

----- E aquilo que se temia com este projecto era que essa zona viesse a ser ocupada quase que como um parque de estacionamento, já que se admitia a entrada por essa via de autocarros e de carros de abastecimento não só ao hotel, como, eventualmente, ao Centro de Congressos da FIL, o que certamente criaria problemas de resistência ao

trânsito naquela zona e por isso mesmo teria que ser muito bem estudado no seu desenho final, para que não pudesse ser um obstáculo. -----

----- Também teria que ser muito bem estudada no seu desenho final, a forma como seria desenvolvido aquele espaço aberto adjacente ao hotel e à zona de exposições do Centro de Congressos, de forma a que ele não se transformasse num parque de estacionamento mas fosse um espaço de usufruto público, fosse um espaço agradável, um espaço eventualmente arborizado, o que não lhes parecia que estivesse contemplado no desenho que lhes foi fornecido. Esses aspectos eram todos muito importantes, na medida em que poderiam transformar ou de alguma forma prejudicar a vivência daquela área. -----

----- E a justificação que o Sr. Vice-Presidente dava relativamente à transformação da Av. da Índia de via rápida em via de uso urbano, não lhe parecia que com esta medida isso fosse resolvido, até porque tinham do lado esquerdo a linha do caminho-de-ferro que inviabilizava de alguma forma uma mudança tão radical quanto essa. -----

----- Outro aspecto que também era importante ali salientar, tinha a ver com o edifício do antigo Liceu Rainha D. Amélia, que foi vendido pela sociedade imobiliária do Estado a uma entidade que iria construir aí um hotel. Esse liceu ocupava, de forma clandestina e ilegal, a zona do logradouro, e se ocupava de forma clandestina e ilegal a zona do logradouro com construções pelos vistos amovíveis, não fazia sentido que agora se considerasse isso como um dado definitivo, como, aliás, o Sr. Vice-Presidente ali o fizera. -----

----- Ou seja, se foi ocupado de forma clandestina e ilegal, porque era um logradouro e não podia ser permeabilizado, não se poderia agora utilizar esse argumento para que continuasse permeabilizado, já que o que o PDM referia era que só 20% das áreas dos logradouros poderiam ser permeabilizadas. Mas aquilo que acontecia era que cerca de cerca de 40 a 50% dessa área ia ser permeabilizada, dizia o Sr. Vice-Presidente que era com uma construção para exposições. Sinceramente não conhecia o projecto mas, conhecendo o palácio, tinha sérias dúvidas que não se aproveitasse a parte norte para instalar alguns quartos, como, aliás, foi feito em muitas circunstâncias em hotéis que foram construídos em Lisboa. Mas isso era uma coisa que na altura do projecto se poderia verificar. -----

----- Portanto, eram estas as dúvidas que o PSD tinha em relação a esta matéria, dúvidas substantivas, reconhecendo a necessidade de um plano de pormenor, não sabia se a aplicabilidade do plano de pormenor era o modelo aplicável deste caso, aguardariam por intervenções mais avaloradas que a sua, de qualquer forma havia ali um conjunto largo de dúvidas que não viram ainda cabalmente esclarecidas. -----

----- Nesta altura, dado que a **Senhora Presidente** tivera que se ausentar, os trabalhos passaram a ser conduzidos pelo Senhor Primeiro Secretário, doravante **Presidente em exercício**, passando o lugar de Primeiro Secretário a ser ocupado pelo Segundo Secretário efectivo, e o lugar de Segundo Secretário ocupado pela Deputada Municipal Virgínia Estorninho. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que os que estavam há mais tempo na Assembleia provavelmente julgariam que a praga das

alterações aos instrumentos de planeamento em modalidade simplificada, havia sido erradicada da gestão da cidade. Engano! Ela estava de novo presente, a propósito do projecto urbano para o Centro de Congressos de Lisboa. -----

----- Independentemente do juízo de valor sobre o plano apresentado, eram obrigados a recordar que a utilização da modalidade simplificada era regulamentada por Lei, e só podia ocorrer em duas circunstâncias: -----

----- Primeiro: quando se tratava da correcção de um erro material que fosse detectado nos textos ou desenhos que suportavam o instrumento de planeamento em causa. Foi o caso, que alguns recordariam, da Rua das Açucenas em que entre o original de uma carta e a impressão publicada, ocorrera a alteração de uma cor com consequências evidentes e graves para a definição da classe de uso do solo de uma zona, tendo a Assembleia, obviamente, consentido a utilização da alteração em modalidade simplificada. -----

----- Segundo: quando se impusesse ajustar um plano a directivas emanadas de instrumento de planeamento de âmbito mais amplo. No caso presente, não puderam ser evocadas essas circunstâncias e, por isso, o caso da Fábrica Simões, que alguns se recordariam, em Benfica, foi rejeitado pela Assembleia. -----

----- Daí o sentido de voto do PCP significar exclusivamente o desejo de contribuir para a disciplina e clarificação do processo de planeamento, fechando as portas à excepção e ao arbítrio. -----

----- Talvez novas disposições normativas, que desconheciam, permitissem desobrigar os responsáveis pela gestão da cidade do cumprimento dessas circunstâncias, o que seria de admirar perante a deriva liberal e permissiva que a legislação urbanística do País levava. -----

----- Tratava-se, contudo, sem dúvida, de uma questão de boa prática, de ética inclusivamente, pois a propósito de um pormenor ditado por um interesse privado, não podia afectar-se o todo, neste caso com a gravidade que advinha da alteração da classe do uso do solo. -----

----- Talvez tudo isso resultasse das características do Plano Director que os regia, já fora de prazo, rígido e dogmático no seu articulado, mas pondo junto de cada norma as excepções que o inutilizavam. Apresentando soluções, incluindo de ordem formal, mas ambíguas e por vezes contraditórias aos princípios. Era palavroso e confuso! -----

----- Disse que nos primeiros dias do seu mandato, o Sr. Presidente da Câmara afirmara, perante a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, que era seu desejo um Plano Director revisto que tivesse a clareza, o tamanho e a eficácia da Constituição dos Estados Unidos da América. Foi música reconfortante aos ouvidos dos membros da Comissão, mas o mandato estava no fim, e nada! -----

----- Vinha isto a propósito de um tema debatido na Comissão: a percentagem de solo que o PDM permitia na impermeabilização dos logradouros, neste caso do logradouro de um hotel cuja construção desencadeara o pedido de alterações. As dúvidas iam de 20% a 80%, e a questão era saber se isso era matéria do Plano Director que definiria os princípios deixando a solução para os planos de pormenor, porque 20% ou 80% podiam ser muito, podiam ser sim ou não consoante a natureza do solo, o declive do

terreno e o tratamento previsto. Estranha situação esta em que se encontravam, igual à que estavam precisamente há quatro anos: acabava-se o mandato e continuavam sem Plano Director Municipal. -----

----- Por fim, pediu que lhe permitissem fazer uma proposta informal à Assembleia. Passe a ironia, que fizessem greve, que não aprovassem mais nenhum plano de pormenor, loteamento, medida preventiva, cartas, planos das diversas naturezas, e estratégias, sem que lhes fossem presentes para discussão as ideias mestras do Plano Director, que tardava, para que participassem na feitura da cidade que queriam. Foi para isso que foram eleitos. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que ao contrário da posição que tiveram relativamente ao plano de pormenor da Malha 14 do PUAL, que discutiram e votaram favoravelmente na reunião anterior, não acompanhavam, neste caso concreto, a mesma atitude e as mesmas considerações que fizeram a esse plano de pormenor. -----

----- Havia um conjunto de razões que os levavam a não aprovar esta proposta, a primeira das quais era que achavam estranho que, a propósito de um lote, se fizesse por atacado um projecto urbano que abrangia uma área superior àquela para a qual se propunha a alteração ao PDM, portanto ao projecto urbano. -----

----- Ou seja, era por causa da alteração do antigo palácio onde estivera alojado o Liceu Rainha D. Amélia, que estavam a discutir um projecto urbano que abrangia não apenas esse lote, mas também um projecto para um novo hotel nas traseiras do actual Centro de Congressos de Lisboa. E essa questão metodológica, que vinha agarrada à proposta, suscitava-lhe as mais sérias dúvidas. -----

----- Primeiro: porque como referira o Arqtº Silva Dias, e bem, essa coisa de estar a alterar o PDM em modalidade de regime simplificado por razões absolutamente casuísticas, com ou sem justificação, que ia alterando o perfil da própria proposta inicial do PDM, sem que fosse apresentada à Assembleia, conforme foi repetidamente prometido pelo Sr. Presidente da Câmara desde que tomara posse, uma proposta de revisão do PDM, era a todos os títulos inaceitável. -----

----- Era inaceitável continuar nessa situação de alterações casuísticas que iam desfigurando o PDM, que, quisesse-se ou não, era o que estava em vigor. -----

----- Segundo: porque dirigiram, com carácter de urgência, algumas questões relacionadas com esta proposta que não foram respondidas, apesar de terem sido suscitadas com a presença do Sr. Vice-Presidente, aquando da reunião da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade. -----

----- Um outro aspecto bastante estranho na proposta, tinha a ver com a quantidade de lugares de estacionamento que iam ser implantados naquela zona, no futuro dito hotel de charme, que iria ter um parque de estacionamento que era, sensivelmente, duas vezes o número de quartos que o hotel iria ter. -----

----- Ou seja, iam construir um parque de estacionamento subterrâneo no logradouro, com todos os problemas que o Deputado Municipal Silva Dias ali apontara e que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referira também, tudo alegadamente a coberto de uma sala de exposições que iria ser construída no espaço desse mesmo logradouro,

ignorando que cerca de 100 metros à frente estava o Centro de Congressos de Lisboa, que tinha imensas salas onde se poderiam fazer das mais belas exposições que qualquer colecção justificasse. -----

----- Portanto, o argumento de construir de raiz uma sala de exposições para um hotel de charme, quando 100 metros à frente existia imenso espaço para se fazerem as exposições todas que se quisesse, era um argumento que os levava a desconfiar da bondade e da honestidade da construção de uma sala de exposições que, ainda por cima, tinha o pormenor de permitir construir mais uma série de quartos acrescentando um edificado novo ao Palácio dos Condes da Ribeira, que tinha uma traça arquitectónica antiga e como tal estava classificado como património histórico. -----

----- Por isso, era uma operação urbana com contornos muito pouco claros, em que se a proposta fosse aprovada iria permitir criar 1.200 lugares de estacionamento numa área de 10.000 m<sup>2</sup>, sensivelmente. Porque se juntassem os 600 lugares que já existiam em frente do Centro de Congressos, mais os cerca de 400 lugares de estacionamento subterrâneo que o novo hotel que ia ser construído nos terrenos anexos ao Centro de Congressos, e ainda os cerca de 200 lugares de estacionamento que esse hotel dito de charme iria ter, seriam 1.200 lugares de estacionamento cuja construção iriam autorizar naquela zona. -----

----- Isso era completamente inaceitável, isso significava um exagero total do ponto de vista das operações de impermeabilização da cidade, e era uma operação que, por essas razões, não tinha contornos claros. Ninguém o conseguia convencer que um movimento associado a uma hipotética sala de exposições justificava uma tão grande impermeabilização de área como aquela que se propunha para o logradouro do Palácio dos Condes da Ribeira. -----

----- Disse, depois, que no pedido de esclarecimento que formularam à Câmara pediam para ser informados, taxativamente, sobre quantos lugares de estacionamento, de superfície e em subsolo, estavam previstos para os seguintes espaços: Centro de Congressos, hotel junto do Centro de Congressos, hotel do Palácio dos Condes da Ribeira, o actual estacionamento na Praça das Indústrias, o estacionamento de superfície na Rua da Junqueira e, eventualmente, o estacionamento que estará previsto para o edifício da Standard Eléctrica porque se previa uma operação de remodelação dessa zona também, já que essa questão não estava clara na proposta que consultaram. -----

----- Continuando, disse que a propósito de uma proposta que tinha urgência para tapar alguns buracos que estavam abertos, e isso reconhecia que era de facto uma urgência urbana, não podiam ser alterados e torpedeados alguns princípios que queriam ver salvaguardados em operações de natureza urbanística como esta. -----

----- Sobre o plano de acessibilidades ao hotel que seria construído nos terrenos anexos ao Centro de Congressos, disse que esse plano não colhia a aprovação do BE. Era verdade que o Sr. Vice-Presidente afirmara, na Comissão de Urbanismo e Mobilidade, que era intenção da Câmara alterar as características de circulação na Av. da Índia relativamente àquelas que actualmente vigoravam, mas para que isso acontecesse, para que isso fosse realmente tomado a sério, era necessário apresentar

um projecto de circulação para o conjunto da Av. da Índia e não apenas para um dos seus quarteirões, mesmo que nesse quarteirão se localizasse o Centro de Congressos. --  
----- Se era essa a intenção, então valeria a pena discutir esse plano de circulação para o conjunto da Av. da Índia e não apenas para esse quarteirão. Isto porque – e o Deputado Municipal Victor Gonçalves também já se referira a isso na sua intervenção – não estava prevista nenhuma via de abrandamento para entrada no tal parque de estacionamento para camionetas, supunha-se, de passageiros que iam aceder ao espaço público que se iria situar entre o Centro de Congressos e o novo hotel que se situaria nos terrenos anexos. -----

----- Haveria aí um espaço público a cobrir o parque de estacionamento, sendo que à laje superior acederiam as camionetas ou outros veículos de turismo, e todos sabiam que os veículos de turismo eram veículos pesados que teriam dificuldades em efectuar viragens na Av. da Índia, cujo perfil de circulação automóvel era bastante acelerado, para não dizer completamente ilegal, porque os veículos circulavam lá a 60, 70 ou 80 km/hora na maior das tranquilidades sem que a Câmara se tivesse lembrado disso quando resolvera instalar o mirífico projecto dos radares em alguns pontos da cidade. Mas isso não foi recordado na altura, e agora o que tinham na Av. da Índia era uma via em que numa das suas margens estava a via férrea e a outra margem não tinha a ocupação urbana que obrigasse a que o trânsito circulasse a uma velocidade moderada. -----

----- E o Sr. Vice-Presidente, apesar de ter usado isso como argumento na discussão em Comissão, não propusera a instalação de instrumentos desse tipo para moderar a velocidade nessa via. Portanto, era uma declaração de intenções que lhe ficava bem, mas que não cabia na discussão desta matéria já que ela não fazia parte da proposta apresentada. -----

----- Portanto, o que pensava que ia acontecer era que a acessibilidade ao espaço público que está previsto, iria ser feita pela Av. da Índia, ou então pela Rua da Junqueira onde, era bom lembrar, existia o eléctrico rápido em relação ao qual a Câmara aprovara, há cerca de três anos, um projecto de circulação viária que estabelecia como prioridade a circulação do eléctrico nessa artéria. E se através destes novos equipamentos iam atrair mais tráfego para a Rua da Junqueira que aquele que já existia, estariam a comprometer a prioridade de circulação ao eléctrico nessa rua. -----

----- Por tudo isso, parecia-lhe que o projecto não estava bem fundamentado, não previa esta questão da acessibilidade na Av. da Índia, e, por essa razão, na opinião do BE, não deveria merecer o apoio da Assembleia. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por aludir ao estacionamento dizendo que tinha todo o respeito pelos pedidos que a Assembleia fazia, nomeadamente pedidos de esclarecimento, mas só ontem, ao fim da tarde, receberam na Direcção Municipal de Planeamento Urbano, o pedido do Sr. Deputado Municipal Heitor de Sousa quanto ao número discriminado de lugares de estacionamento pelas parcelas que compunham o plano, e até esta hora não conseguira obter esses dados. -----



----- De qualquer modo, desejava esclarecer que o plano previa um total de 1.196 lugares de estacionamento, dos quais, segundo estimativa que faziam, cerca de 60 lugares estariam no subsolo do Palácio dos Condes da Ribeira, número calculado dividindo a área prevista no subsolo por 30 m<sup>2</sup> por lugar, que era o rácio que consideravam que era possível num edifício daquele tipo; o parque do Centro de Congressos, que aliás tinha as fundações feitas, bastava passar por lá e ver que estava lá um enorme buraco já construído para um parque de estacionamento, teria capacidade para 350 lugares; e depois o estacionamento já existente no Centro de Congressos, que estava por baixo da Praça das Indústrias. O total de todas essas parcelas perfazia o número de cerca de 1200 lugares. -----

----- Sobre a questão do trânsito na Av. da Índia, disse que, conforme têm vindo a dar notícia, estava a ser feito o Plano de Urbanização do Vale de Alcântara, que pretendia levar à reunião de Câmara durante o mês de Julho, o qual previa uma alteração significativa de todo o sistema rodoviário nas ligações da Av. de Ceuta com a Av. 24 de Julho e com a Av. da Índia, reformulação da situação tal como ele hoje se encontrava, portanto daquele viaduto metálico, e uma inserção da Av. da Brasília na Av. de Ceuta através de um viaduto, por forma a que a Av. da Índia passasse a ter o estatuto de via urbana e não de via rápida. Talvez não tivesse sido tão explícito na reunião que tivera com a Comissão de Urbanismo, mas era efectivamente esse o projecto que estava a ser desenvolvido, e que, como referira, no mês de Julho iria a reunião de Câmara. -----

----- Disse que era preciso referir que este plano de pormenor vinha sendo elaborado desde o anterior mandato, não era, portanto, um projecto desencadeado pelo actual Executivo. Ele já vinha de trás, reviram-no, acompanharam-no e propuseram à CCDR para que fossem emitidos os pareceres, por forma a poderem colocá-lo em discussão pública e apresentá-lo agora à Assembleia. -----

----- Mas não fazia sentido que o reperfilamento que era necessário contemplar na Av. da Índia fosse contemplado apenas nesta frente, pois ele teria que ser assegurado desde o nó de Alcântara até Belém. Era uma operação que teria que ser desenvolvida em conjunto e que iam desenvolver em conjunto, através da qual seria exactamente acautelada a entrada no espaço desses hotéis, nomeadamente na praça que passaria a existir entre o Centro de Congressos e o futuro hotel que seria construído mais a poente. -----

----- No tocante ao logradouro do Palácio dos Condes da Ribeira, disse que apenas queria fazer uma pequena precisão: é que uma ocupação de logradouro construída há 50 anos não havia ninguém que a pudesse considerar clandestina! Porque não era! Era anterior ao RGEU, era anterior ao Plano Director Municipal. Além de que, tratando-se de uma obra do Estado, e o liceu era um liceu público, como sabiam as obras do Estado não estavam sujeitas a licenciamento, e, portanto, em boa verdade ninguém podia considerar isso como obra clandestina. -----

----- Podiam dizer, e pessoalmente dizia isso também, que os logradouros não deviam ser ocupados e, por isso, todo o esforço deveria ser no sentido de nos logradouros que estavam ocupados se procurar que à medida que fossem aprovadas novas construções

se reduzisse a sua área de ocupação. E efectivamente era isso que se passava, estavam a aumentar o espaço permeável no logradouro do Palácio dos Condes da Ribeira. -----

----- Portanto, nesse sentido, pensava que o projecto era positivo, tinha esse ganho, e esse ganho era significativo. -----

----- Seguidamente, disse que queria clarificar uma questão, porque admitia que a sua intervenção de há pouco não tivesse sido suficientemente clara, e que era a seguinte: --

----- Um Plano Director Municipal podia ser alterado através das alterações simplificadas, e, aliás, foi a Assembleia Municipal que aprovara, há alguns anos, alterações em regime simplificado, nomeadamente nalguns artigos que permitiram, por exemplo, que na zona oriental da Cidade de Lisboa, nas áreas industriais pudesse existir o uso habitacional. Isso era alterações em regime simplificado ao PDM! Outra coisa era alterar o PDM através de um plano de pormenor. -----

----- Esta, disse, era uma prática que estava contemplada na Lei e que fazia todo o sentido. Aliás, o próprio PDM de Lisboa dizia: “na zona tal são permitidos edifícios com o máximo de 25 metros, salvo se for contemplado em plano de pormenor”, e o plano de pormenor, ao contemplar um edifício mais alto, alterava a regra genérica dos 25 metros. -----

----- Neste caso, a legislação previa que uma alteração de uso pudesse ser contemplada através de um plano de pormenor. Se havia um equipamento desactivado e se lhe queria atribuir um novo uso, a única maneira era, em vez de fazer a alteração de todo o PDM, fazer a alteração através de um plano de pormenor. Isso chama-se de regime simplificado porque naquela altura existiam planos em regime simplificado, mas hoje já não existiam, já que a figura do plano de pormenor em regime simplificado foi banida da Lei. -----

----- Disse, por fim, que o Sr. Deputado Municipal Silva Dias perguntara pelo Plano Director, e perguntara bem, mas no mês de Julho seria posta em discussão pública a nova proposta de Plano Director, com o regulamento fechado, com o modelo territorial e com todo o trabalho que entretanto tinha vindo a ser apresentado, que era um trabalho pesado, por vezes até maçudo de ver, mas que efectivamente era importante para fundamentar as propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Vice-Presidente dera agora uma notícia que de alguma forma lhes agradara, quando referira que o PDM estava em vias de ser posto em discussão pública, já com o Regulamento fechado como ali referira. Mas seria conveniente que a Assembleia, não só a Assembleia mas principalmente a Comissão Permanente de Acompanhamento da Revisão do PDM, fosse cabal e atempadamente informada, e com a prioridade que se deveria dar a uma instituição como essa, sobre a realidade daquilo que estava previsto ser realizado através da Câmara. -----

----- Sobre a proposta em debate, disse que o Sr. Vice-Presidente lhes dera ali alguns esclarecimentos, embora não tivesse dado aqueles que pessoalmente gostaria de ouvir. Nomeadamente, falara do projecto de alteração da rede viária da zona de Alcântara, as relações entre a Av. de Ceuta e a Av. da Índia, assim como da transformação da ponte metálica da zona, mas isso era ainda uma coisa muito vaga e que não iria por si só

alterar a característica da via, isto é, passá-la de via rápida para via urbana com essas alterações. É que a Av. da Índia de um lado tinha a linha do caminho-de-ferro e do outro não tinha áreas de habitação, de comércio ou de serviços que permitissem a sua transformação em via urbana. -----

----- No entanto, isso davam de barato! Agora, o que gostariam de ouvir do Sr. Vice-Presidente, e foi referido na Comissão, era que a entrada no tal largo adjacente ao hotel fosse feita de tal maneira que houvesse uma espécie de aceleração e abrandamento, que houvesse ali algum recorte, um recorte bem feito, e era isso que esperava do Sr. Vice-Presidente, para que não houvesse um embaraço objectivo no trânsito em circulação naquela via, nomeadamente no sentido Terreiro do Paço-Belém. Isso era fundamental. -----

----- Como também era fundamental que o Sr. Vice-Presidente que lhes dissesse, ou pelo menos que se comprometesse, a que no desenho urbano que fosse aplicado na referida praça, ela não tivesse possibilidades, através de árvores ou através do próprio desenho interior, de se transformar numa zona de estacionamento, com todos os inconvenientes que isso poderia trazer, não só ao usufruto do espaço público como também à própria circulação. -----

----- Portanto, era em função daquilo que esperavam que o Sr. Vice-Presidente tivesse a vontade e a intenção de vir a fazer relativamente à melhoria efectiva desses dados, que o PSD fazia um voto de confiança e ia viabilizar esta proposta. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 322/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do BE, e a abstenção do PSD, PCP, CDS-PP e PEV. -----

----- **PONTO 13 – PROPOSTA 396/2009 – APROVAR A PROPOSTA DE VERSÃO FINAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AV. DA LIBERDADE E ZONA ENVOLVENTE (PUALZE), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **O Sr. Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que estavam perante um plano que não sabia se deveria constituir um momento de alegria ou se um momento de vergonha, porque este plano foi iniciado em 1991 e ainda hoje estavam a discutir a sua aprovação. -----

----- Um momento de alegria porque lhe parecia que, se for aprovado, passavam um marco importante já que teriam o eixo central, o eixo nobre da Cidade de Lisboa, com um plano eficaz, e de vergonha porque mostrava uma enorme incapacidade de todos para tomar decisões e aprovar instrumentos de gestão territorial para áreas tão importantes para a cidade como era o eixo da Av. da Liberdade. -----

----- Disse, depois, que o PUALZE tinha como objectivo a qualificação do eixo da Av. da Liberdade, previa uma redução da área de construção relativamente àquilo que o PDM permitia. Era preciso ter isso presente porque este plano, efectivamente, reduzia a edificabilidade face àquilo que o PDM permitia. Ou seja, a construção e a

alteração de edifícios na Av. da Liberdade, desde 1994 tem sido regulada pelo PDM, e este reduzia a edificabilidade relativamente àquilo que o PDM autorizava. -----

----- Mas tinha ainda um outro aspecto muito importante, que era aumentar a área permeável no centro da cidade na medida em que o PDM permitia a total impermeabilização e o PUALZE fixava regras que reduziam, genericamente, a impermeabilização, admitindo, porém, algumas excepções em caso absolutamente pontuais e perfeitamente justificados. -----

----- Aliás, esse aspecto estava particularmente focado nos artigos 22º e 27º do Regulamento, que definiam que apenas 20% dos logradouros pudessem ser ocupados por excepções decorrentes de condições muito particulares da ocupação existente, ou do espaço confinado nesses logradouros. -----

----- Referiu que se o PDM continuasse a ser aplicado, a área de construção em toda a área abrangida pelo plano, poderia ter um acréscimo de 10,5% de área de construção, mas com a aprovação deste plano esse valor baixava e ficava em 6,5%. Ou seja, praticamente não havia aumento de superfície de pavimento relativamente à situação actual, na área abrangida pelo PUALZE. -----

----- Disse, ainda, que o PUALZE, na fase final, foi submetido a debate público. Tivera uma sessão no Cinema São Jorge, foi um debate público muito participado, tivera cerca de 90 sugestões ou perguntas relativamente às suas propostas, as quais foram devidamente ponderadas e apreciadas na Câmara Municipal, que aprovara o PUALZE para ser apresentado à Assembleia para que a Assembleia, finalmente, se pronunciasse sobre ele. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra na qualidade de membro da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “No âmbito das suas competências, a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, na sua reunião de 24 de Junho de 2009, analisou a proposta n.º 396/2009 referente à versão final do Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente. -----

----- Apesar de ter sido convidado para a apresentação da proposta, o Sr. Vereador, Arqtº Manuel Salgado, não pôde comparecer por se encontrar em reunião de Câmara, pelo que foi substituído nessa tarefa pelo Arqtº Eduardo Campelo, a quem a CPUM agradece a disponibilidade. Nesses termos, a proposta foi introduzida à Comissão com base numa apresentação que relevou os aspectos mais relevantes da proposta, nomeadamente: -----

----- - A caracterização do espaço urbano na zona abrangida pela proposta, designadamente o estado de uso em que se encontra o edificado da zona abrangida pelo Plano; -----

----- - O conceito de regeneração urbana que preside à proposta de Plano de Urbanização, ora apresentada; -----

----- - Uma explicação para o facto da proposta não conter todas as peças, normalmente exigíveis para um plano de ordenamento urbano, como seja o caso de

não incluir qualquer capítulo, de reflexão ou de proposta, sobre a mobilidade, circulação e transportes para a zona, fazendo-se apenas referência para a hipótese de implantação de dois parques de estacionamento subterrâneos, para possível compensação da eliminação dos lugares de estacionamento à superfície nas laterais da Av. Da Liberdade; -----

----- - Uma síntese da discussão pública do Plano, bem como das principais sugestões que foram integradas na proposta final do Plano; -----

----- - A proposta final de Plano, com uma representação da organização funcional do espaço na zona em causa, ressaltando o espaço do Plano de Pormenor do Parque Mayer, regulado por um Plano de Pormenor específico. -----

----- A Comissão analisou e discutiu com algum detalhe diversos aspectos da proposta, tendo suscitado diversos esclarecimentos sobre a cêrcea máxima admissível sobre o edificado, sobre a forma como está previsto o respeito pela função habitacional na própria Av. da Liberdade e zona envolvente, sobre o estacionamento e sobre alguns projectos em concreto, previstos para a zona (Ateneu Comercial, vários hotéis, etc.). Às diferentes questões, o Arqtº Eduardo Campelo foi dando as explicações possíveis e, em geral, satisfatórias. -----

----- Face ao exposto, a Comissão entende que a Proposta está em condições de ser submetida à discussão e apreciação do Plenário, remetendo para a ponderação política própria dos diversos Grupos Municipais os aspectos objecto de dúvida ou de controvérsia.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que, relativamente ao plano em apreciação, a posição do PSD não era tão benévola, infelizmente, quanto foi em relação ao Centro de Congressos.

----- Em relação ao Centro de Congressos, com a promessa de que o Sr. Vice-Presidente iria ter um cuidado especial quanto ao tratamento daquela área, o PSD viabilizara. Em relação a este plano, porém, o PSD achava que existiam muitos defeitos, muitas questões que foram levantadas, quer na reunião de Câmara, quer em Comissão, e que o PSD agora iria levantar também, que mereciam uma atenção especial do Sr. Vice-Presidente no sentido de, se possível, melhorar este plano de urbanização de forma a que ele respondesse cabalmente àquilo que eram as expectativas dos lisboetas e os interesses da Cidade de Lisboa. -----

----- E começava por referir como interesse que era perseguido por todos aqueles que governam e governaram a cidade, que era que houvesse, de facto, uma maior afluência de uso habitacional na Cidade de Lisboa, e aquilo que este plano não contemplava era exactamente essa perspectiva. Ou seja, valorizar a habitação dentro da cidade em áreas tão importantes quanto as ruas Alexandre Herculano, Barata Salgueiro e outras, onde realmente se verificava pela análise do plano, e nomeadamente do regulamento, quase que a impossibilidade da questão ser resolvida. -----

----- Uma das questões que ali era levantada com alguma pertinência, tinha a ver com o problema que, à partida, correspondia a um defeito que não se queria alterar. Ou seja, sabiam que as condições ambientais da Av. da Liberdade e zonas

envolventes eram más, eram degradadas, em relação ao ruído, em relação à poluição e em relação a muitas vertentes e factores de análise da qualidade do ar e do ambiente. -----

----- E para que houvesse um plano conducente à melhoria das condições de vida dos lisboetas, teriam que começar por se preocupar com isso. Essa teria que ser a primeira preocupação. Ou seja, não punham habitação porque tinham automóveis! Bom, então tiravam os automóveis porque a habitação era mais importante! Como era que podiam fazer no sentido de melhorar a adequação entre a habitabilidade, isto é, pôr ali pessoas a viver, e aquilo que eram as necessidades naturais de mobilidade e circulação. Isto era básico, esta era uma preocupação que a Câmara teria que ter. -----

----- Continuando, disse que estava a olhar para si o Sr. Vereador Sá Fernandes, que muito respeitava, que era um homem que naturalmente deveria estar muito preocupado com isso, nomeadamente quanto a resolver os problemas ambientais na Av. da Liberdade e não ao contrário. Ou seja, como não tinha condições ambientais tirava-se de lá a habitação porque os níveis de ruído eram superiores e não sabia quantos decibéis a que a legislação europeia obrigava. Isso não estava correcto, teriam que tentar resolver o problema e não via um esforço nesse sentido. -----

----- Mas, além disso, havia várias incongruências no próprio regulamento, para as quais desejava chamar a atenção. Por exemplo, dizia-se que a demolição de edifícios só era admitida em determinados casos. Sabiam que havia edifícios que tinham que ser demolidos por várias razões, algumas delas todas satisfatórias, mas havia um caso que lhes deixava grandes dúvidas, que era a alínea d) do artigo 11º do regulamento, que dizia: “Quando a Câmara Municipal considere que o edifício não apresenta interesse urbanístico, arquitectónico ou cultural, tanto individualmente como para o conjunto em que se integra”. -----

----- Ora, esta norma era muito subjectiva tal como estava escrita, porquanto se uma Câmara, uma Direcção Municipal ou um Vereador tinham um conceito, o Vereador seguinte poderia ter um conceito completamente diferente. Portanto, isto teria que ser mais objectivado, teria que ser mais preciso, de forma a que não houvesse favores aqui e acolá – e todos sabiam o que andava à volta deste tipo de situações – para que nunca fosse posta em causa a idoneidade dos serviços e da própria Câmara. -----

----- Um outro aspecto do regulamento para o qual desejava também chamar a atenção, era aquele que se referia ao n.º 2 do artigo 13º, depois conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 14º. O artigo 13º, n.º 2, dizia: “No caso de colocação de suportes publicitários em espaços livres ou sobre a cobertura dos edifícios, o pedido deve ser acompanhado pela fotomontagem, tal, tal, tal”. Portanto, o artigo 13º admitia a colocação de suportes publicitários na cobertura dos edifícios. Mas depois, o artigo 14º, n.º 2, alínea a), dizia: “Não podem ser colocados suportes publicitários acima do nível da laje do primeiro andar.” -----

----- Então em que é que ficavam? Não podiam ser colocados acima da primeira laje e podiam ser colocados em cima? Ou o prédio invertia-se, punha-se ao

contrário, a cobertura ficava para baixo!? Havia aí uma incongruência que necessariamente teria que ser corrigida, porque ou se podia colocar acima da primeira laje, e portanto podia-se colocar também nas coberturas mediante certas regras, ou não se podia colocar acima da primeira laje e também não se poderia colocar nas coberturas. Essa contradição teria que ser resolvida. -----

----- Também no artigo 17º, quando se referia: “Não são considerados os pisos recuados ou amansardados que não constem do projecto de arquitectura inicial do edifício”. Bem, se eles lá estavam tinham que constar, tinham que ser considerados, a menos que fosse benévola a análise. Ou seja, não podiam aumentar porque já lá estavam, mas isso teria que ser melhor explicado porque no regulamento não estava devidamente explicado. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Vice-Presidente referira que o actual PDM era mais permissivo em relação à possibilidade de aumento da edificabilidade da Av. da Liberdade e zonas envolventes que o plano urbanização que estava em discussão, na medida em que este apenas permitia o aumento de dois pisos. Mas pessoalmente entendia que independentemente de se dizer que podia aumentar dois pisos, teria que se falar na cêrcea porque dois pisos podiam ter alturas diferentes, um podia ter a altura regular de 2,70 ou 3 metros, e outro, por exemplo para um ginásio ou algo semelhante, naturalmente teria mais altura. -----

----- Portanto, isso também deveria ser bem esclarecido, porque o pior que podia acontecer num regulamento era ele ser permissivo às excepções, ser permissivo à dúvida, ser permissivo a que se pudessem fazer interpretações diferentes que pudessem defender hoje um interesse e amanhã outro. Os regulamentos teriam de ser o mais específicos, o mais correctos e o mais rigorosos possível de forma a impossibilitar a discricionariedade da própria administração em relação aos privados. -----

----- Quanto aos logradouros, disse que também havia uma contradição mas pensava que teria sido engano do Sr. Vice-Presidente quando disse, em reunião de Câmara, que nos logradouros desta área tinham que ser deixados livres, ou seja, permeáveis, 20%. Naturalmente queria dizer ao contrário, porque aquilo que a lei dizia e aquilo que era correcto era que só podiam ser impermeabilizados 20%. Depois o Arqtº Eduardo Campelo corrigira esse pormenor, e pessoalmente pensava que era esse que deveria constar. Ou seja, nos logradouros da Av. da Liberdade e zonas envolventes, a única área que podia ser permeabilizada era 20% e não 80% como se poderia deduzir da intervenção do Sr. Vice-Presidente feita em reunião de Câmara. -----

----- Referindo-se à questão dos níveis de ruído, disse que no artigo 32º - área terciária, admitia-se a hipótese da instalação do uso habitacional. Mas como? Em que condições? “Os níveis de ruído diurno e nocturno no local da implantação do edifício devem situar-se entre os 55 e os 65 decibéis, e 45 e 55 decibéis, respectivamente”. Ou seja, 55 a 65 para o período diurno e 45 a 55 para o período nocturno. -----

----- Naturalmente o Sr. Vice-Presidente ao propor este plano analisara com algum cuidado o que era que isso queria dizer, pelo que lhe perguntava o que era que efectivamente queria dizer, já que a si dizia pouco isso dos decibéis. -----

----- O que pretendia saber era em que áreas do plano é que o cumprimento desta regra permitia o uso habitacional, porque se não permitia o uso habitacional nas áreas terciárias também não iria permitir, se fosse superior, nas áreas mistas. Recordava-se que o Sr. Vice-Presidente, na reunião de Câmara, foi interrogado pela Sra. Vereadora Margarida Saavedra se esta imposição obrigava a que, por exemplo, na Rua Barata Salgueiro e na Rua Alexandre Herculano podia ou não podia haver o uso habitacional, e isso não foi respondido. Pessoalmente tinha a impressão que não podia! -----

----- A um aparte, acrescentou: “Pode!? Óptimo. Mas o Sr. Vice-Presidente não respondeu na reunião de Câmara! -----

----- Disse, ainda, que este plano de urbanização teria que ser mais cuidado, teria que ter propostas mais concretas, teria que ser mais dirigido ao interesse público, ao interesse da qualidade de vida, e à resolução dos interesses globais da cidade, numa zona tão importante quanto aquela a que se referia. -----

----- Recordou que o PUALZE se iniciara em 1994, foi retomado mais tarde, tivera sempre como responsável o Sr. Arqtº Fernandes Sá, agora havia uma certa pressa que este problema fosse resolvido, talvez para a aprovação urgente de alguns projectos que estivessem neste momento em discussão na Câmara Municipal, mas, sinceramente, não perdiam nada se olhassem para esta situação não no sentido de resolver um problema de imediato, mas tendo em vista a construção do futuro, a resolução de um problema a mais longo prazo, a resolução do problema da própria mobilidade e do ambiente dessa zona. -----

----- Concluiu dizendo que se o Sr. Vice-Presidente se responsabilizasse por isso, e naturalmente lhes propusesse que iria melhorar este plano, agradeciam. Senão, viam-se obrigados a não votar favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que os dinossauros da Assembleia Municipal de Lisboa, entre os quais se encontrava, recordavam-se que o PUALZE lhes foi presente no início da década de noventa, no século passado, ainda nas instalações da Rua Teixeira de Pascoais. Primeiro através de um pedido de aprovação de medidas provisórias, depois sob a forma de um plano de urbanização concebido em termos clássicos, e vinte anos depois, passados três ou quatro mandatos, ei-lo, de novo, na Assembleia Municipal, sem alterações significativas em relação à filosofia da primeira versão, apresentado, contudo, num quadro de diferenças profundas que iam desde as económicas às culturais. -----

----- Referiu que não abusaria da paciência da Assembleia, mas parecia-lhe útil, para fundamento da apreciação, esboçar um breve retrato do primitivo contexto. ---

----- Disse, então, que foi período nefasto para Lisboa quando uma prática imobiliária selvagem se abatera sobre a cidade, aproveitando a fragilidade generalizada das construções, nomeadamente aquelas que os chamados “gaioleiros”



havam erguido no princípio do século, com aspectos dramáticos pois, quase diariamente, caíam ou ardiam prédios, vítimas de morte anunciada. -----

----- Um assassinato conhecido e descarado que consistia em destelhar, deixar janelas abertas, quebrar canos e infernizar inquilinos até ao vazio e à ruína. A invocação do congelamento de rendas fornecia argumentos e tranquilizava consciências. Os novos patos-bravos, agora nacionais e também estrangeiros, aceleravam a espiral dos preços, sacavam mais-valias e exerciam sobre o Poder Local, então ainda em implantação, uma torpe chantagem. Se não fosse autorizada a demolição e a reconstrução inchada, ou os andares a mais, votariam os seus imóveis ao abandono e à acelerada ruína, e endereçariam as responsabilidades ao Município. -----

----- Foi tempo ruim para a Av. da Liberdade, com inúmeros prédios esventrados, órbitas vazias, estacionamento a invadir passeios, placas e até canteiros. Houve clara cedência do Município à pressão imobiliária, pois o plano da Avenida nascera mais por imposição do andar a mais e da rentabilidade, que por vontade colectiva dos habitantes de Lisboa de que seria necessário mexer na Avenida. E depois o tempo encarregara-se de fornecer ensinamentos: a prostituição que dava má fama e insegurança ao sítio desaparecera, e edifícios sobreviventes, como o Hotel Veneza e o antigo Hotel Vitória, mostravam que era possível ver o presente sem destruir o passado. E o comércio de prestígio, inclusivamente volvera olhares para a Avenida.

----- Pediu que lhe permitissem uma deriva no discurso para evocar uma rábula que João Villaret fazia no teatro de revista, nos distantes, tristes e censórios anos cinquenta do século passado. Usava, com a mestria de dizer que lhe era peculiar, a característica linguagem da revista, subtil, certa e profundamente inteligente para se furtar às malhas da censura. Falava de Lisboa, fazia trocadilhos com os carros do “Chora” e do Salazar; referia-se a um Santo Antoninho que não caía do altar, e de uma oliveira que não saía do sítio onde ela própria se plantara. E a propósito da construção do Metro na Avenida, num quadro dedicado a Rosa Araújo, este dizia: “Fiz a avenida / rasgada / comprida / qual estrada florida num hino à claridade / e no fim de tudo / cavaram / furaram para abrir um canudo / e foi-se a liberdade”. ----

----- A liberdade que Villaret cantava já a tinham hoje, felizmente, e solidamente implantada. Mas este plano parecia ameaçar outras liberdades! A liberdade de um cidadão caminhar na sua cidade usufruindo de um clima de conforto, de bem-estar e beleza, pois se o plano do século passado, então entendido como brutal, condenava Lisboa a suportar dezenas de anos de obras na Avenida que previa estacionamento contínuo de alto a baixo e mais trânsito, que remetia os peões para uma via subterrânea e alterava o histórico perfil transversal, o que agora tinham presente refugiava-se numa certa ambiguidade. Pouco lhes dizia sobre a Encosta do Ateneu, nada lhes podia dizer ainda sobre o destino do Parque Mayer, era forçosamente omissa – e os autores reconheciam isso na memória descritiva – em relação à sua inserção numa visão sistémica das deslocações na cidade, e soluções como o problema do estacionamento e da poluição eram protelados. -----

----- Mas uma coisa era determinante. Estava previsto que a edificabilidade da zona pudesse aumentar 6,5%, o que significava que as novas volumetrias iriam alterar a relação da insolação e da claridade e quebrariam a relação do vale e da colina que caracterizava o sítio, e a oferta incrementada de estacionamento iria aumentar a circulação privada, o ruído e a poluição. A Av. da Liberdade nunca poderia ser encarada como uma via rápida e local fácil para deixar o carro. -----

----- Disse que as actuais reflexões sobre a circulação nas cidades, preservava os centros históricos do acesso indiscriminado do estacionamento abusivo e do atravessamento por veículos motorizados de domínio privado. E, pelo contrário, favorecia o estacionamento de um sistema de complementaridade de transportes, que, no caso da Av. da Liberdade, assumia aspectos patrimoniais: os eléctricos na crista das colinas, os elevadores a vencer as declivosas encostas, o Metro no talvegue. Era a riqueza singular a realçar. Talvez fosse agora a ocasião para repensar o destino de todo o vale da Av. de Liberdade a inserir no Plano Director, que tardava, e na sua relação com a Baixa. -----

----- Referiu que este plano não era um mau plano, seria anacrónico, com base numa análise errada do contexto actual, resultante de um programa desajustado e falho de perspectivas. Que se louvassem os seus autores por um esforço que acabava ingloriamente num plano adverso à filosofia do seu tempo, porque, hoje, um espaço urbano como a Av. da Liberdade tinha valor emblemático para os habitantes e forasteiros da cidade. Era entidade considerada como obra de arte tridimensional, vivida no desenho dos pavimentos, em toda a arte pública que albergava, na cor das árvores, nos primores da jardinagem e no cenário das fachadas. -----

----- Como obra de arte, neste caso uma obra de arte colectiva, deveria ser conservada, retocada talvez, mas nunca alterada. Ser conservador, neste caso, poderia significar simplesmente respeitar o futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que esta proposta de plano de urbanização era, provavelmente, a proposta mais importante que podia ser feita para a Cidade de Lisboa, já que esse plano de urbanização que incidia sobre a avenida mais importante da cidade. Por isso, ele deveria assentar num conjunto de propostas articuladas, bem pensadas, bem fundamentadas e bem desenhadas para que a sua discussão fosse completamente inequívoca e o pronunciamento de todas as entidades fosse também ele muito mais claro e muito mais facilitado. -----

----- Mas não era isso que acontecia com esta proposta de versão final do PUALZE. Aliás, esta proposta, inexplicavelmente, não tinha todas as peças que se exigiriam a um plano de urbanização, como, por exemplo, aquele que tiveram na reunião anterior relativo à Alta de Lisboa, em que tiveram um pacote com as várias peças a serem submetidas à apreciação e discussão das diversas entidades, à discussão pública com certeza, e também à discussão da Assembleia Municipal. -----

----- Porém, neste caso concreto, tinham um plano de urbanização que era coxo e que não respondia a alguns dos principais problemas da Av. da Liberdade e que

eram do conhecimento de todos os cidadãos. Era comum, era do conhecimento público e era notório, que a Av. da Liberdade era uma avenida que por alguns era considerada como a avenida mais poluída da Europa, e por outros era considerada como a terceira mais poluída. Esse era um elemento público que fazia parte do conhecimento dos cidadãos minimamente atentos aos fenómenos da Cidade de Lisboa. -----

----- E o que era que o PUALZE dizia sobre essa matéria? Zero! Não dizia nada, nem no diagnóstico, nem nas propostas que se desenhavam para essa zona. Pelo contrário, o plano amputava essa peça fundamental para a sua apreciação, remetendo essa discussão para a revisão do PDM, ou então, pior ainda, dizendo que não era possível discutir a mobilidade nesta zona sem discutir a mobilidade no conjunto da cidade. Se levassem até ao fim esse argumento, então não poderiam aprovar nenhum plano de urbanização até que o PDM estivesse devidamente regulamentado e publicado, porque era evidente que qualquer espaço urbano que tivesse características próprias de mobilidade, estava relacionado com todo o resto da cidade. -----

----- Evidentemente que esse era um mau argumento para justificar a não inclusão de uma reflexão estratégica sobre a mobilidade, na zona mais poluída da Cidade de Lisboa e uma das mais poluídas da Europa. -----

----- Mas o plano, além de ter essa desculpa meia coxa de que a mobilidade não se podia discutir na zona da Av. da Liberdade porque teria que se discutida no conjunto da cidade, não se eximia de propor medidas que do ponto de vista da mobilidade apenas contrariavam o discurso que às vezes alguns Vereadores, e o Sr. Presidente da Câmara nomeadamente, têm feito a respeito da poluição e do ambiente urbano. É que o que se propunha em matéria de circulação e mobilidade para essa zona, era apenas a possível construção de mais dois parques de estacionamento no subsolo da zona envolvente da Av. da Liberdade, portanto na Rua Barata Salgueiro e junto do antigo Cinema Rivoli, perfazendo um total de mil lugares, numero que era superior ao número de lugares de estacionamento que se pretendia eliminar nas laterais da avenida, que eram 700. -----

----- Portanto, aquilo que o plano propunha em matéria de estacionamento, era um acrescento de 300 lugares no centro da cidade, chamando ainda mais veículos para a Av. da Liberdade, que já por si era a avenida mais poluída da Cidade de Lisboa e uma das mais poluídas da Europa. Por essa razão, o plano, do ponto de vista da política de mobilidade, era contraditório com algum do seu enunciado e com muitas declarações que o Sr. Presidente da Câmara e alguns Vereadores têm feito a respeito dessa zona emblemática da cidade. -----

----- Ainda na área da mobilidade, disse que outro aspecto que aparecia um pouco lateralmente no plano tinha a ver com o estacionamento para residentes nas encostas da zona envolvente da avenida, sobretudo na zona nascente. -----

----- Disse que o estacionamento para residentes na Cidade de Lisboa era defendido pelo BE, aliás era o único estacionamento que aceitavam que fosse construído na cidade, entendiam mesmo que deviam acabar todos os estacionamentos construídos

como área de negócio ou como prolongamento da área de negócio em que se transformara o estacionamento em Lisboa. Estacionamentos para residentes, isso sim, até porque a Câmara tinha obrigação, por via do PDM, de assegurar o estacionamento para residentes, inclusive nas áreas centrais da cidade. Se fosse necessário em subsolo far-se-ia em subsolo, mas far-se-ia, em primeiro lugar, fazendo um levantamento das necessidades de estacionamento para os residentes que existiam em determinadas zonas, e só depois tomando a decisão de construir o estacionamento de acordo com esse levantamento de necessidades. -----

----- Que se soubesse, não se fizera para este plano de urbanização o levantamento dessas necessidades, pelo que os números que se atiravam para o ar em matéria de estacionamento para residentes, não apareciam de forma nenhuma fundamentados no plano. -----

----- Era por isso que dizia que para um plano de urbanização que demorava cerca de vinte anos a ser feito, o resultado final era uma verdadeira desilusão e não merecia o crédito de ser aprovado, ou sequer viabilizado, pela Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, disse que outro aspecto que merecia muitas contestações e dúvidas, que já foram expressas na Comissão de Urbanismo, dizia respeito ao futuro das laterais da Av. da Liberdade, matéria que aparecia como uma sugestão que não estava suficientemente clarificada para que era que iria servir, porquanto se dizia que se ia retirar o estacionamento de superfície para o enterrar em subsolo, como já referira com um acréscimo de 300 lugares em relação ao estacionamento à superfície, e depois não se fazia nenhuma proposta de desenho, sendo certo que para uma artéria tão importante quanto era a Av. da Liberdade, o plano de urbanização mereceria que se detalhasse mais em pormenor o que era que se ia fazer com as laterais da Av. da Liberdade. E, já agora, também com o canal central que constituía uma via rápida de atravessamento do centro da cidade. -----

----- Disse que em relação a esse conjunto de canais, que actualmente eram canais de circulação, era dito que nuns casos ia haver alargamento dos passeios, mas não era dito, por exemplo, se iam ser alargados os espaços verdes da avenida, se ia haver alargamento do espaço/canal de circulação dos transportes públicos, se ia haver a construção de uma via ciclável reservada para velocípedes para acesso ao centro da cidade, porque se supostamente se ia libertar um espaço de estacionamento, certamente haveria condições para, havendo vontade política, se construir essa via numa das laterais da avenida até ao centro da cidade. -----

----- Nada disso era reflectido, nada disso era discutido, a única coisa que se discutia era aquilo que resultava da discussão pública, da participação dos cidadãos de Lisboa, que, nas circunstâncias actuais e sem haver propostas nenhuma da Câmara, preocupavam-se, e bem, em saber qual era o futuro do estacionamento naquela zona, atendendo a que a Câmara anunciara que ia reduzir o estacionamento de superfície. -----

----- Portanto, as propostas que surgiam da discussão pública sobre o PUALZE, eram suscitadas mais pela ausência de definição das propostas do plano, que

propriamente por uma preocupação que fosse apenas concentrada sobre o estacionamento na zona da Av. da Liberdade. -----

----- Um outro aspecto que ao BE merecia francas críticas, tinha a ver, segundo disse, com o facto da proposta do plano de urbanização prever que prédios que actualmente ainda tinham um uso misto, fossem totalmente transformados e ocupados pela função hoteleira. Aliás, a alteração do PDM nesta matéria não era para trazer o edificado inteiramente ocupado por habitações para a Av. da Liberdade, mas para fazer exactamente o contrário, isto é, para expulsar da Av. da Liberdade os prédios que ainda hoje tinham habitação transformando-os em hotéis ou para a instalação de serviços. -----

----- E mesmo o acréscimo de dois pisos que estava previsto, como hipótese, para alguns prédios da Av. da Liberdade, não seria para habitação, e pelo menos em tese poderia sê-lo para salvaguardar um mínimo de habitação na Av. da Liberdade. Mas não eram! Eram para corresponder, com o acréscimo dessa área, aos interesses dos estabelecimentos de carácter hoteleiro ou de serviços que se previam para a zona da Av. da Liberdade, estritamente. -----

----- Aliás, na distribuição funcional da zona da Av. da Liberdade que foi mostrada aquando da reflexão do plano de urbanização, feita pelo Arqtº Eduardo Campelo na reunião da Comissão de Urbanismo, o que se via não era nenhuma função habitacional na zona da Av. da Liberdade, mas era toda aquela zona praticamente ocupada a 100% para função de hotelaria e de serviços. -----

----- Não se dizia no plano – essa foi uma das alterações impostas pelo debate público – que a função habitacional deixava de estar presente na zona da Av. da Liberdade abrangida por este plano de urbanização, mas também não se propunha nenhum edificado em concreto, por exemplo nenhum quarteirão, onde se respeitasse a função habitacional na zona da Av. da Liberdade. Portanto, diria que era uma espécie de teoria para inglês ler, mas muito pouco para fazer. -----

----- Terminou dizendo que, com esta proposta, a Câmara estava muito mais preocupada em rentabilizar o espaço do ponto de vista económico, do que em garantir fazer cidade também na Av. da Liberdade e zona envolvente. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que há 19 anos que o PUALZE – Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, tem andado em bolandas. Em 30 de Maio de 1990, a Câmara Municipal de Lisboa deliberara começar a proceder à sua revisão. Em Julho de 1991, foram adoptadas normas provisórias do PUALZE, as quais foram aprovadas pela Assembleia Municipal em 15 de Julho de 1993. O PUALZE seria, posteriormente, alterado em 1994, não tendo, no entanto, sido de novo aprovado pela Assembleia. -----

----- Em Dezembro de 2005, decorridos mais de 10 anos, seriam introduzidas alterações por uma equipa de arquitectos, até que, em Março de 2006, a Câmara deliberara, finalmente, enviar o PUALZE para a CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para efeitos de acompanhamento e para que essa entidade promovesse a audição de entidades representativas. -----

----- E, finalmente, em Novembro de 2008, a Câmara decidira submetê-lo a discussão pública, para formulação e recepção de sugestões, durante um período de tempo que decorreria até Março do corrente ano. No entanto, os conteúdos da versão posta agora a circular, e recentemente apresentados em Comissão de Urbanismo, remontavam estranhamente a 2003, casos do estado de conservação e do uso do edificado. Das alterações recebidas, apenas foram aceites 16, sendo a esmagadora maioria oriundas dos próprios serviços, como o DMCRU, da equipa de arquitectos, ou das seguintes instituições oficiais, a saber: a ANACOM, a CCDRLVT, ou o Turismo, deixando de fora vários outros pertinentes contributos. -----

----- Ora, não só era importante a elaboração de um plano de urbanização para esta zona de Lisboa, no quadro de ordenamento estratégico da cidade, como os pertinentes contributos de outras instituições deveriam ter sido equacionados. Um plano permitia criar regras claras de ocupação do espaço e promover a harmonização do urbanismo, numa zona que tem sido ao longo dos anos fortemente descaracterizada, impermeabilizada, e até alvo de um crescimento de volumetrias e cérceas. -----

----- Referiu que se as áreas adjacentes da avenida começavam a caracterizar-se por serem zonas habitacionais fortemente degradadas e já com alguma tendência para a desertificação, não menos pertinentes eram outras questões, designadamente as de carácter ambiental. -----

----- É que a existência de importantes espaços verdes, como o Jardim Botânico e os jardins da Praça da Alegria, do Príncipe Real, de São Pedro de Alcântara, do Ateneu, da Ribeira de Valverde, do Torel até ao Campo dos Mártires da Pátria, ou dos logradouros de alguns quarteirões, mereciam uma outra sensibilidade na abordagem aos impactos ambientais desta zona e a sua inclusão no plano. -----

----- Relevava ainda o facto de a Av. da Liberdade ser o principal eixo viário central de Lisboa, atravessado por uma série de vias de ligação, que colocava problemas acrescidos na planificação dessa área, quer do ponto de vista do tráfego, quer dos pontos de vista das poluições atmosférica e sonora. -----

----- Onde, aprofundar as condicionantes, as aptidões, as visões de desenvolvimento estratégico da avenida e áreas adjacentes seria fulcral, quando se pretendia aumentar a sustentabilidade ambiental da cidade sem se comprometerem as condições de habitabilidade e de qualidade de vida nas suas zonas envolventes. -----

----- E não era por falta dos contributos de várias instituições e associações, que alertaram para as questões da impermeabilização de espaços nas redondezas, que ficaram excluídos no PUALZE, a incompreensível predominância do transporte individual sobre os colectivos, a poluição e o ruído, mas também o aumento das cérceas e da volumetria. Pasmem-se que até as próprias recomendações do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres ficaram omissas nesta revisão do PUALZE. -

----- Por isso, “Os Verdes” pretendem fazer realçar um conjunto de reparos enviados por algumas daquelas instituições ao Sr. Presidente da Câmara, no âmbito do período de participação pública, mas que, para não variar, também foram esquecidos pelo Município. -----

----- Primeiro ponto: o caso dos limites da área de intervenção do PUALZE. -----

----- O plano não parecia respeitar as unidades lógicas que formavam a cidade tradicional, fossem elas a rua, o quarteirão, o edifício/logradouro, ou o jardim. Viam-se ruas, quarteirões, edifícios e jardins cortados a meio pelas linhas que delimitavam a área do PUALZE, ou deixando de fora parte das suas encostas, desigualdades que deveriam ser corrigidas e revistas, pois apresentavam incoerências. -----

----- Foi excluída parte da zona do Botânico, bem como o antigo Picadeiro do Colégio dos Nobres e os edifícios da antiga Escola Politécnica. Ora, se o Jardim Botânico constituía uma unidade indivisível sob todos os aspectos (ambientais, paisagísticos e históricos) o PUALZE deveria assumir essa realidade. Tendo ainda o Botânico a cota mais elevada, com relações de vistas muito importantes com a envolvente urbana, elas não podiam ficar excluídas deste instrumento de planeamento urbano. Impunha-se, então, uma pergunta: com o aumento das cérceas, o que lhes acontecerá? -----

----- Primeira conclusão: estes limites deveriam por isso ser revistos. -----

----- Segundo ponto: a mobilidade rodoviária e o estacionamento. -----

----- Apesar de todos os estudos efectuados para a caracterização do tráfego rodoviário em circulação na Av. da Liberdade demonstrarem a prevalência de comportamentos insustentáveis na área da mobilidade – por exemplo cerca de 40% dos veículos eram viaturas propriedade de empresas – o PUALZE, revelava uma preocupação excessiva com o estacionamento para viaturas de transporte particular. E, pior, foi anunciado pelos técnicos em sede de Comissão de Urbanismo, que estavam previstos dois novos parques subterrâneos, mas uma leitura mais atenta do documento permitira encontrar seis novos parques. Estavam, assim, no reino do convite à viatura particular, pelo que, a serem construídos, os parques deveriam ser exclusivamente para moradores para que não se criasse uma oferta que atraísse depois o uso do transporte particular, algo que o PUALZE teria pretensão de reduzir. -----

----- Segunda conclusão: nas últimas três décadas houve, e continuavam a prever-se, grandes investimentos na área do estacionamento e da circulação rodoviária, mas muito pouca atenção aos direitos dos peões. -----

----- Terceiro ponto: os transportes públicos. -----

----- Tratando-se da zona de Lisboa mais servida de transportes públicos, a solução pelo estacionamento não podia passar pelo seu incremento, mas sim por uma rede coerente de transportes colectivos capaz de mudar hábitos de mobilidade insustentáveis. No entanto, tal como noutros planos de urbanização, constatavam pouca atenção dada ao transporte público. Estranhavam mesmo a pouca atenção dada a estudos ou pareceres por parte da Carris e do Metro. -----

----- Depois do declínio verificado no modo eléctrico na maioria das grandes cidades do mundo nos anos sessenta e setenta, verificava-se actualmente um relançamento desse meio de transporte confortável e amigo do ambiente. E Lisboa o que fazia? Alcatroava e enterrava os poucos pisos que ainda possuíam carris, como na Rua Alexandre Herculano. -----

----- Lembrou que Lisboa não investia em eléctricos de nova geração desde o primeiro – e único até à data – inaugurado em 1995: E15: Belém/Praça da Figueira. Lisboa era mesmo a única capital da União Europeia sem investimento na expansão do transporte

público eléctrico. Para além do regresso do Eléctrico 24 – Cais do Sodré/Campolide – seria relevante equacionar um eléctrico de nova geração que atravessasse os eixos laterais da Av. da Liberdade, ligando a Baixa ao alto do Parque Eduardo VII. -----

----- Terceira conclusão: faltava incrementar circuitos de mobilidade suave, com pistas cicláveis e reposição da Linha 24 e de eléctricos rápidos nas faixas laterais. Afinal era tão simples, não era? -----

----- Quarto ponto: as acessibilidades e a mobilidade pedonal. -----

----- Actualmente um peão não podia fazer um percurso contínuo através das placas arborizadas da Av. da Liberdade. A um cidadão a pé era exigido que interrompesse o seu percurso de cada vez que terminava uma placa arborizada. Para chegar à placa seguinte tinha de atravessar várias passadeiras, num local que, para cúmulo, foi em tempos o “Passeio Público”. No total, um peão tinha de atravessar 18 passadeiras para passear nos jardins da Av. da Liberdade. Por contraste, os veículos automóveis tinham várias regalias, desde o estacionamento, à superfície e no subsolo, à livre circulação. --

----- Por isso, seria interessante pensar-se na pedonalização de alguns arruamentos, como por exemplo o Largo da Anunciada, mas haveria também que se investir na correcção dos graves problemas na área da mobilidade pedonal em toda a área do PUALZE. -----

----- Havia arruamentos de grande importância para a acessibilidade pedonal, mas com má qualidade do espaço público, passeios de dimensão insuficiente, excesso de estacionamento à superfície e falta de árvores. Existiam artérias de grande tráfego pedonal com passeios de dimensões inaceitáveis, com 20 a 30 cm, como nas Ruas de Santa Marta ou de São José, local frequentado por invisuais, para possibilitar a circulação e o estacionamento, à superfície, de viaturas de transporte privado. Seria necessário o PUALZE alargar passeios, pedonalizar arruamentos, retirar estacionamento à superfície em ruas com passeios insuficientes e arborizar algumas vias, criando o conforto propício ao acto de andar a pé. -----

----- Aliás, a própria Av. da Liberdade poderia constituir-se no novo paradigma da mobilidade sustentável. Para cumprir essa missão era preciso desinvestir nos equipamentos e projectos que promovessem o uso do transporte particular e investir-se em projectos que incentivassem meios de mobilidade suave, o uso dos transportes colectivos e o andar a pé, em conforto e segurança, como uma opção válida e atraente. --

----- Quarta conclusão: faltava salvaguardar o meio ambiente e a segurança pedonal. --

----- Quinto ponto: espaços verdes e logradouros. -----

----- Era preciso preservar e prever a expansão da área verde, perante a densificação urbana, o aumento da impermeabilização dos solos e a ocupação dos logradouros. Seria importante fazer-se o levantamento de espécies arbóreas com valor patrimonial, logo quando havia jardins e logradouros privados não inventariados no plano. Havia até jardins interiores que foram desclassificados do seu anterior estatuto de “Área Verde Privada a Salvaguardar”. -----

----- O PUALZE também não prevenia a impermeabilização dos solos e omitia projectos imobiliários a decorrer que incluíram o abate de árvores e a impermeabilização de logradouros. -----



----- Foram ainda abatidas quase duas centenas de árvores por falta de cuidado no planeamento de várias obras públicas, nomeadamente, aquando da construção do Metropolitano e dos estacionamento subterrâneos. Com efeito, das mais de 50 árvores de alinhamento que existiam na Praça dos Restauradores sobreviviam apenas 12 no passeio lateral nascente e 148 caldeiras, hoje inviáveis para receber árvores. O drama repetia-se com o Túnel na Praça Marquês de Pombal. Recordou que as árvores ajudavam a poupar até 10% do consumo de energia dos edifícios ao moderarem o microclima de um arruamento, pelo que o PUALZE deveria dar prioridade total à conservação do arvoredo, ajudando a reduzir consumos energéticos dos edifícios. -----

----- Quinta conclusão: reabilitar os espaços verdes. -----

----- Sexto ponto: sistema de vistas e cérceas. -----

----- Não parecia existir uma preocupação com a estética da paisagem urbana. Os testemunhos arquitectónicos do final do séc. XIX e início do séc. XX estavam a ser reduzidos a fachadas descontextualizadas. Com o aumento de cérceas, a alteração da geometria dos telhados e a ocupação caótica de coberturas, tem vindo a comprometer o sistema de vistas entre o vale da Av. da Liberdade e as cumeadas, e preocupante também era a falta de qualidade arquitectónica dos novos edifícios. -----

----- A área do PUALZE continha uma grande diversidade patrimonial com obras assinadas por alguns dos melhores arquitectos e artistas dos diferentes períodos históricos, de Ventura Terra a Raul Lino, de Cassiano Branco a Cristino da Silva ou Fernando Silva. -----

----- Mas assistia-se, no entanto, à continuada alteração da qualidade arquitectónica com a reconstrução ou demolição de edifícios de habitação dos finais do séc. XIX, com remodelações de antigos edifícios segundo padrões duvidosos, nuns casos aumentados em mais de 4 pisos, noutros substituindo as fachadas com vidro ou com as vistas da Av. da Liberdade parcialmente obstruídas devido à volumetria excessiva de alguns edifícios. Eram visíveis coberturas de edifícios com instalações técnicas de ar condicionado e de extracção de fumos de cozinhas. Saberá o PUALZE corrigir e impedir o surgimento de novas situações como essas? -----

----- Sexta conclusão: havia que urgentemente garantir o desenvolvimento sustentável. -----

----- Seguidamente, formulou as seguintes perguntas: -----

----- Como ia o PUALZE preparar o espaço público para o conforto e a segurança dos peões de forma a fazer do andar a pé uma opção de mobilidade atraente e turística? ---

----- Poderia o PUALZE garantir uma estratégia sustentável para os transportes públicos, com redução das emissões de dióxido de carbono? -----

----- Poderia o PUALZE garantir a “Estrutura Verde”, proteger logradouros e jardins privados e a sobrevivência do ecossistema local? -----

----- Salvaguardava, para o futuro, o património arquitectónico, valorizando os interiores e promovendo padrões elevados nas obras de recuperação e reabilitação? ---

----- Poderia prever um estatuto especial de protecção para a arquitectura do séc. XIX, nomeadamente através da revisão da Carta Municipal do Património anexa ao PDM?--

----- A rematar, disse que por todas estas dúvidas, e na sequência destes inúmeros reparos, “Os Verdes” não poderiam estar totalmente de acordo com a presente proposta. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que praticamente já tudo foi dito sobre este plano. Há 19 anos que ele era discutido, era sem dúvida nenhuma de grande importância para a cidade, mas como todos os planos ele teria que ser feito com todos. -----

----- Por exemplo, não se podia usar o Arqtº Ribeiro Teles para dar o exemplo do seu Plano Verde, e depois pôr de lado as suas opiniões relativamente ao PUALZE. Não se podia desistir de ter gente na zona envolvente da Av. da Liberdade, não se podia sectoriar porque a Av. da Liberdade e a zona envolvente não eram sectoriáveis. -----

----- Portanto, teria que haver um esforço, não só da Câmara mas da parte de todos, enquanto autarcas, para levar gente para a Av. da Liberdade e não dar de barato que era difícil porque os níveis de ruído não o permitiam. Teria que ser ao contrário, teriam que fazer com que os níveis de ruído deixassem de existir para que as pessoas pudessem morar naquela zona importante da cidade. -----

----- Depois, disse que era difícil ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, na condição política que hoje ocupava, olhar para este plano e adiá-lo mais uma vez, mas apelava à sua condição de urbanista para que não o colocasse hoje à votação, para que ganhassem tempo e para que todos, em conjunto, o pudessem discutir e pudessem estar de acordo com ele. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, em resposta às questões colocadas, começou por dizer que, independentemente de se vir a tomar uma decisão no sentido de adiar ou não adiar a votação desta proposta, havia questões que foram ali colocadas que necessitavam de ser esclarecidas. -----

----- E a primeira era que o Sr. Deputado Municipal Heitor de Sousa referira a diferença entre o plano da Malha 14, que a Assembleia apreciara e votara na semana passada, e este plano, dizendo que o da Malha 14 tinha toda a pormenorização e que este não tinha. O que o Sr. Deputado Municipal não se lembrara foi que o da Malha 14 era um plano de pormenor, e este era um plano de urbanização. -----

----- Era preciso perceber que no quadro da legislação urbanística portuguesa, para os Municípios havia três níveis de planos: o Plano Director Municipal, os planos de urbanização e os planos de pormenor, cada um tinha um determinado conteúdo e não podiam que um plano de urbanização tivesse o conteúdo de um plano de pormenor e definisse o espaço público exactamente como era que ele iria ser no futuro. Por isso, o Regulamento do PUALZE tinha um último artigo quando falava no espaço público, em que dizia que o espaço público seria desenhado em projectos específicos de espaço público. -----

----- Por outro lado, também achava curioso que no debate do plano anterior se tivesse questionado se com um plano de pormenor se estava a alterar o PDM. Ora,

aquilo que era ali afirmado, por alguns Deputado Municipais, era pretender que o PUALZE alterasse o PDM. É que o PDM definia que o eixo central da Av. da Liberdade era um eixo terciário e fixava como limite da habitação 30%, e o que alguns dos Srs. Deputados Municipais diziam era que não se deveria permitir o terciário no eixo central. Era exactamente ao contrário! -----

----- Portanto, o que fizeram nesta proposta, em resultado do debate público, foi retirar a restrição a ter um máximo de 30%. Ou seja, o dono de um edifício qualquer se o quisesse transformar totalmente em edifício de habitação não teria nenhuma restrição, mas com o PDM essa restrição existia. Por conseguinte, nesse aspecto havia uma leitura do PDM que não era correcta. -----

----- Ainda sobre a intervenção do Deputado Municipal Heitor de Sousa, disse que ele referira que o PUALZE era omissivo em relação ao ruído e à poluição. Seria que os Deputados Municipais entendiam que era possível num plano de urbanização, que regulava a actividade e os usos num determinado território, ter implícitas as medidas para reduzir a poluição do ar e o ruído num determinado território? -----

----- Pessoalmente achava que não era possível! O que achava que era possível fazer foi o que a Câmara fizera, que foi celebrar um protocolo e comprometer-se com a Comissão de Coordenação Regional, protocolo esse que foi aprovado em Câmara, para tomar um conjunto de medidas no sentido de reduzir a poluição do ar e o ruído no eixo central, a partir de um estudo elaborado pela Universidade Nova. E esse protocolo abordava múltiplas matérias. Desde já, os autocarros da Carris passarem a reduzir drasticamente a poluição e serem autocarros a gás; obrigar a ter a utilização de veículos com mais do que um passageiro; tomar disposições ao nível da rega dos pavimentos e da frequência da rega para diminuir a poluição, e também reduzir em 30% o número de veículos que passavam na Av. da Liberdade. -----

----- Mas tudo isso teria que ser feito de uma forma articulada, porque obrigava a pensar na Praça Marquês de Pombal, obrigava a pensar no impacto que o túnel tinha em termos de entradas e saídas dos automóveis na Av. da Liberdade, e implicava também pensar no Rossio e na Baixa, portanto eram medidas que tinham que ser tomadas para todo o eixo central e que não podiam ser resolvidas ao nível deste plano. O plano de pormenor tinha que ter em atenção a questão do ruído, teria que ponderar a distribuição da habitação em função do ruído, porque a Lei do Ruído era muito exigente, mas ele em si próprio não tinha implícitas as medidas que permitiriam ultrapassar as questões da poluição do ar, porque, essas sim, teriam que ser tomadas através do compromisso que a Câmara tomara do ponto de vista da circulação e de um conjunto de outras medidas de caracterização dos veículos que circulavam nesse espaço. -----

----- Sobre o estacionamento, disse que haveria dois parques, no enfiamento da Rua Rosa Araújo e da Rua Barata Salgueiro, mas debaixo do alcatrão, portanto não iriam aumentar a impermeabilização do solo, esses parques teriam capacidade para mil lugares e com eles desaparecia todo o estacionamento à superfície. Portanto, o que se pretendia era retirar o estacionamento à superfície e mete-lo debaixo do chão, porque não se pretendia aumentar a oferta de estacionamento. -----

----- A esse propósito, referiu que o plano de pormenor do Parque Mayer, que estava a ser elaborado, não tinha estacionamento público exactamente porque se considerara que era uma área bem servida de transportes públicos, e o estacionamento seria aquele que existir na Av. da Liberdade. Ao contrário dos planos anteriores, nomeadamente o estudo feito pelo Frank Gehry, que previa toda a impermeabilização do Parque Mayer com uma construção de várias caves em subsolo. Isso foi suprimido. -----

----- Relativamente ao espaço público, disse que a sua grande ambição era no futuro vir a recuperar parte da avenida como era o passeio público. Gostaria muito disso! Por exemplo, se conseguissem, entre a Praça dos Restauradores e o enfiamento da Praça da Alegria, passar a ter circulação só nas laterais e não ter na faixa central, seria lindíssimo. Esperava que os seus filhos viessem a conseguir ver uma Av. da Liberdade assim, porque tempo de vida que tinham não sabia se isso ainda seria possível. -----

----- Agora, utilização das laterais, via ciclável, eventual eléctrico, isso não cabia neste plano. Isso teria que ser considerado, como já referira, no projecto de espaço público que era indispensável fazer e que viria em complemento deste plano. -----

----- Mas podia desde já anunciar que havia um projecto que se previa a curtíssimo prazo, que era a pedonalização do Largo da Anunciada, aliás em colaboração com a EPAL e com aquele hotel que lá estava instalado. -----

----- Quanto à referência a maior presença de habitação nas ruas Barata Salgueiro e Alexandre Herculano, disse que foi isso que foi previsto, foram retiradas todas as restrições que estavam na versão inicial do plano, portanto já não havia restrições. A única coisa era que tinham que cumprir a Lei do Ruído, e isso podia passar por a Câmara ter que, por exemplo, repavimentar alguns arruamentos com betuminoso com borracha para reduzir o nível do ruído. Tinha que ser regulado, tinha que ser verificado, mas a restrição já não existia. -----

----- No tocante à questão da publicidade na cobertura, matéria colocada pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que não percebera ao que se referia porque o artigo 13º tinha a ver com o estacionamento. Não sabia se pretendia referir-se ao artigo 15º, porque este expressamente regulava a afixação de publicidade que só era permitida até à laje do primeiro piso. -----

----- Portanto, não percebera a dúvida posta, mas também dizia que era extremamente difícil chegar à Assembleia Municipal e ter de cor o Regulamento, que não tinha, para poder responder a questões específicas relativamente a um artigo do Regulamento. Então aí pensava que o ideal seria que estabelecessem uma forma de relacionamento em que, com maior antecedência, lhes fossem postas estas questões particulares para que efectivamente pudessem ser respondidas. -----

----- Relativamente às outras questões colocadas pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que apenas desejava referir uma coisa, que não era nenhuma forma de chantagem, mas realmente era preciso que tivessem em atenção o seguinte: o PDM, na área da Av. a Liberdade, foi suspenso durante 150 dias que era o período entre o lançamento da discussão pública do PUALZE e a sua aprovação,

mas a partir do momento em que este plano não fosse agora aprovado, caducados os 150, e era nos primeiros dias de Setembro, o que entrava em vigor era o PDM, o qual, como já referira, dava maiores direitos de edificabilidade do que o PUALZE.

----- Por isso, achava que deveria ser aprovado o PUALZE, porque este dava-lhes mais garantias e protegia mais a Av. da Liberdade que o PDM. -----

----- Contudo, também podia descansar a Assembleia que neste momento, por exemplo projectos de edifícios devolutos na Av. da Liberdade eram dois, todos os outros já tinham projectos aprovados. Mas, por exemplo, havia um edifício na esquina da Rua Rosa Araújo com a Av. da Liberdade, que foi recusado em Câmara recentemente, mas que a partir do momento em que acabar esta suspensão motivada pelo PUALZE passava a vigorar o PDM e aquele projecto cumpria o PDM, portanto a Câmara deixava de ter argumentos para o indeferir. -----

----- Terminada a intervenção, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, questionado pelo **Senhor Presidente em exercício** se pretendia retirar a proposta ou que ela fosse submetida a votação, após uma curtíssima reunião com alguns Srs. Deputados Municipais, solicitou à Mesa que ela fosse adiada para a próxima reunião, facto com que a Mesa concordara. -----

----- Depois, o **Senhor Presidente em exercício**, tendo em conta que já eram 19:30 horas, portanto já não teriam tempo para entrar noutras propostas mais polémicas, como as referentes aos empréstimos por exemplo, propusera à Assembleia que apreciassem e votassem ainda a proposta 501/2009, ponto 19 de Ordem de Trabalhos, e depois votariam o Voto de Pesar. -----

----- Obtida a concordância, oficializou a decisão pondo em votação essa alteração à Ordem de Trabalhos, que a Assembleia deliberara aprovar, por unanimidade. -----

----- **PONTO 19 – PROPOSTA 501/2009 – APROVAR A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE REPARAÇÃO E / OU SUBSTITUIÇÃO DE MOLAS EM VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL, E RESPECTIVAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS, BEM COMO DESIGNAR O JÚRI E DELEGAR NO MESMO A COMPETÊNCIA PARA AUDIÊNCIA PRÉVIA E AUTORIZAR A DECISÃO DE CONTRATAR A DESPESA E A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 501/2009 -----

----- PELOURO: Transportes - Vereador José Sá Fernandes -----

----- SERVIÇO: DMAU/DRMM -----

----- “Considerando a idade média de um grupo de viaturas do segmento de frota pesadas especiais afectas à limpeza urbana e ao desgaste que as mesmas apresentam ao nível das molas; -----

----- Considerando que este serviço sempre foi efectuado com recurso ao exterior; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 7 alínea d) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atento o disposto no n.º 4.2 do artigo 13.º do Regulamento do Orçamento em vigor Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo: -----

----- 1 - Autorizar a escolha do Procedimento por Concurso Público para Contratação de Reparação e/ou Substituição de Molas em Viaturas da Frota Municipal, por três anos ou até ao montante máximo de 321.555,00€a que acrescerá o IVA. -----

----- 2 - Aprovar as peças de procedimento que se juntam, Programa e Caderno Encargos. -----

----- 3 - Designar o Júri que conduzirá o procedimento para a formação do contrato com a seguinte composição: -----

----- Presidente: Daniel Pereira Oliveira, Técnico Superior -----

----- 1º.Vogal Efectivo: Ana Mafalda Cayolla da Motta, Técnica Superior -----

----- 2º.Vogal Efectivo: Filomena Pedro, Técnica Superior -----

----- 1ºVogal Suplente: José Avelino, Técnico Superior -----

----- 2ºVogal Suplente: José Abel Henriques Robalo, Técnico Superior -----

----- O Presidente será substituído pela vogal Ana Mafalda Cayolla da Motta, Técnica Superior. -----

----- 4 - Delegar no Júri a realização da audiência prévia dos concorrentes, nos termos da conjugação dos arts.147º e nº.1 do 123º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro. -

----- 5 - Autorizar a decisão de contratar, a despesa e a repartição do encargo estimado em 321.555,00 euros, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor de 20% no montante de 64.311,00 euros, o que perfaz a quantia de 385.866,00 euros, e que se enquadra na rubrica orçamental 02.02.19 - assistência técnica - da orgânica 09.03, pelos anos económicos de 2010 a 2012 e com os seguintes valores: -----

	Despesa	IVA	TOTAL
2010	102.000,00	20.400,00	122.400,00
2011	107.100,00	21.420,00	128.520,00
2012	112.455,00	22.491,00	134.946,00
TOTAL	321.555,00	64.311,00	385.866,00

----- As verbas para os anos 2010 a 2012 deverão ser inscritas na rubrica 09.03/02.02.19 do Orçamento.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 501/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Seguidamente, procedeu à leitura do Voto de Pesar apresentado pelo PCP, que tinha o seguinte teor: -----

#### **VOTO DE PESAR**

----- “Morreu no passado dia 24 de Junho, o bioquímico Ruy Eugénio Carvalho Pinto, pioneiro da bioquímica em Portugal; -----

----- Morreu em Lisboa de onde era natural, aos 84 anos de idade, vítima de doença prolongada; -----

----- Há cerca de 50 anos descobriu que a oxidação do glutatono em sistemas biológicos é um processo enzimático, em trabalho de investigação sob convite e supervisão do Prof. Sir Hans Krebs (Prémio Nobel) na Universidade de Oxford, e foi o primeiro a descrever o ciclo de oxidação-redução do glutatono, Ciclo GSH GSSG, também conhecido por Ciclo de Pinto & Bartley, em 1969; -----

----- Os seus trabalhos ajudaram a criar a base de uma área nova de investigação em bioquímica, a regulação redox de sistemas biológicos. Desenvolveu investigação experimental e teórica na Bioquímica do oxigénio, do enxofre e do selénio; -----

----- Foi também um estudioso e conhecedor da História e da Filosofia das Ciências; --

----- Professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, doutorado em Química pela Universidade de Lisboa e em Bioquímica (Ph.D) pela Universidade de Sheffield em Inglaterra e fundador do curso de Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; -----

----- Actualmente exercia as funções de Director Científico do Instituto Rocha Cabral;

----- Foi um lutador antifascista de longa data e militante do Partido Comunista Português nos últimos 35 anos da sua vida; -----

----- A pintura foi outra paixão que o acompanhou ao longo de toda a sua vida, considerando-se um pintor amador, em sentido literal; -----

----- Em 2002 realizou-se na FCUL uma exposição de alguns dos seus trabalhos. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 30 de Junho de 2009, delibere: -----

----- 1 - Assinalar a vida e a obra científica do bioquímico português, natural da Cidade de Lisboa, Ruy Eugénio Carvalho Pinto; -----

----- 2 - Propor que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior assinale a vida e obra deste investigador português; -----

----- 3 - Propor que a Câmara Municipal de Lisboa avalie a possibilidade de assinalar na sua toponímia o nome deste filho de Lisboa; -----

----- 4 - Guardar um minuto de silêncio em memória de Ruy Eugénio Carvalho Pinto.”

----- Finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que eram 19:30 horas, portanto os trabalhos ainda poderiam ser estendidos por mais 45 minutos ou uma hora. O PSD compreendia que não era possível discutir os dois empréstimos que ali estavam em causa, mas queria parecer-lhe que seria possível discutir e votar o empréstimo que estava a seguir na Ordem de Trabalhos, que tinha a ver com a regularização da dívida, até porque se esse empréstimo fosse aprovado ainda teria que ir ao Tribunal de Contas. -----

----- Esta era uma sugestão que o PSD fazia aos restantes Grupos Municipais, no sentido de se discutir, e porventura concluir com a votação, a proposta 406/2009. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que se houvesse consenso, a Mesa, obviamente, teria toda a disponibilidade para continuar os trabalhos com a discussão e votação dessa proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, em interpelação à Mesa, disse que estava perplexo com aquilo que estava a acontecer na Assembleia. Há cerca de cinco minutos atrás o Sr. Presidente em exercício pusera à votação uma alteração da Ordem de Trabalhos para discutir e votar uma proposta que estava um bocadinho pendurada na Ordem de Trabalhos, dizendo que dado ser já sete horas e meia não haveria tempo para discutir outras propostas como, por exemplo, essas que tinham a ver com o financiamento. -----

----- Estavam a falar num financiamento global de 250 milhões de euros, e o PSD, na reunião da Conferência de Representantes, invocara a importância política desse financiamento para sugerir, e foi aceite, uma alteração da Ordem de Trabalhos no sentido de se começar por discutir a proposta 460/2009 e só depois se passar para as propostas 132/2009 e 132-A/2009, porque, dizia o PSD, e bem, que era matéria conexas umas com as outras. -----

----- Portanto, fazia sentido que fossem discutidas em conjunto, e não estar a discutir hoje, em meia hora, uma proposta que era relevante politicamente e que devia ser compaginada com as outras duas propostas de financiamento que estavam adiadas para a próxima reunião. -----

----- Portanto, achava que esta pressa para discutir em meia hora uma coisa tão importante, era no mínimo estranha, pelo que pedia uma explicação à Mesa sobre qual a razão porque agora já passara a haver condições. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que uma vez que não havia consenso a proposta não seria discutida. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- Depois, deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em quarta reunião, na próxima terça-feira, dia 7 de Julho, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 40 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- A PRESIDENTE -----